

2

0

1

7

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Câmara dos Deputados

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2017

COMISSÃO DE Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

BRASÍLIA/DF

Câmara dos Deputados

55ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

Presidente

Rodrigo Maia

1º Vice-Presidente

Fábio Ramalho

2º Vice-Presidente

André Fufuca

1º Secretário

Giacobo

2º Secretária

Mariana Carvalho

3ª Secretário

JHC

4º Secretário

Rômulo Gouveia

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Dagoberto Nogueira

2º Suplente

César Halum

3ª Suplente

Pedro Uczai

4º Suplente

Carlos Manato

Diretor-Geral

Lucio Henrique Xavier Lopes

Secretário-Geral da Mesa

Wagner Soares Padilha



Sumário

Apresentação.....	7
Histórico e Atribuições.....	10
1. Composição	12
1.1. Presidente.....	12
1.2. Titulares	13
1.2. Suplentes	15
2. Eventos	17
2.1 Audiências Públicas	18
2.2 Quadro das Audiências Públicas Realizadas.....	18
2.3 Audiências Públicas Conjuntas.....	21
2.4 Galeria de Fotos das Audiências Públicas	25
2.5 Reuniões Técnicas	26
2.6 Outros eventos.....	27
2.6.1. Missões Oficiais.....	28
2.6.1.1 Missão à cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.....	28
2.6.1.2 Missão à cidade de São Paulo, São Paulo	29
2.6.1.3 Missão à cidade de Assunção, Paraguai	31
2.6.1.4 Missão à cidade de São Francisco, Califórnia (EUA)	33
2.6.1.5 Missão à cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul	34

2.6.1.6 Missão à cidade de Cascavel, Paraná.....	35
2.6.1.7 Missão à cidade de Lages, Santa Catarina.....	36
2.7. Seminário.....	37
2.8. Fórum.....	39
2.9. Sessão Solene.....	40
3. Apreciação de Proposições na Comissão.....	42
3.1. Demonstrativos Numéricos dos Requerimentos.....	43
3.2. Demonstrativo Numérico dos Projetos.....	44
3.3. Emendas à LDO e ao Orçamento para 2018.....	45
4. Balanço 2016/2017.....	47
5. A Comissão e a Sociedade.....	50
Anexos.....	65
Tabela 1. Proposições Principais Apreciadas na Comissão.....	66
Tabela 2. Proposições Apreciadas na Comissão – Apensadas.....	76
Tabela 3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão.....	96
Tabela 4. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão – Apensadas.....	103
Tabela 5. Requerimentos.....	125
Resolução nº 15, de 2016.....	133
Contatos.....	137



APRESENTAÇÃO

O rápido ritmo de envelhecimento da população brasileira é um dos mais sérios e complexos desafios a serem enfrentados por nós, legisladores. Hoje, o percentual de indivíduos com mais de 60 anos em nosso País é de 12,5%. Em 2050, este percentual mais do que dobrará, alcançando os 30%. O crescimento exponencial do número de pessoas idosas no nosso País terá um impacto avassalador na Previdência Social, no Sistema Único de Saúde, no mercado de trabalho. A educação, cultura e mobilidade urbana são outros aspectos associados ao envelhecimento da população que não podem ser negligenciados.

Assim, foi com um sentimento de enorme responsabilidade que assumi a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, uma das 25 comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Instalada em maio de 2016, ela tem uma missão importante e abrangente, pois alinha e passa a concentrar as diversas vertentes sobre o tema do envelhecimento que são tratadas nas outras comissões da Casa.

Entre as atribuições da comissão, estão o recebimento, a avaliação e a investigação de denúncias relativas à ameaça ou à violação de direitos da pessoa idosa; a fiscalização e o acompanhamento de programas governamentais voltados para a proteção dos direitos dessas pessoas; o monitoramento das políticas públicas relacionadas aos idosos.

Além dessas atribuições, também estão o acompanhamento da ação dos conselhos de direitos das pessoas idosas, instalados na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; a realização de pesquisas e estudos relativos



à situação de idosos no Brasil e no mundo; o incentivo à conscientização da imagem dos idosos na sociedade e a constituição do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Para tanto, realizamos reuniões, seminários e missões oficiais para localidades, no Brasil e no exterior, que contam com políticas públicas de excelência na área. A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa também realizou diversas audiências públicas para debater outras questões relevantes - abordamos o problema dos planos de saúde, que elevam as mensalidades a níveis insuportáveis quando os usuários entram na terceira idade; a situação das instituições que abrigam idosos; e a educação para os maiores de 60 anos.

Durante o ano, a comissão realizou fóruns interativos, que fizeram um panorama sobre o atendimento à saúde do idoso nos nossos sistemas de saúde público e privado, além de uma edição, que tratou de um tema que julgamos da maior importância: a acessibilidade, ou como tornar nossas cidades amigáveis para o idoso.

Além dos fóruns interativos, realizamos 2 seminários e promovemos 7 missões oficiais, para Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Dourados (MS), Lages (SC), Cascavel (PR), Assunção, no Paraguai, e São Francisco, nos Estados Unidos, onde pudemos conhecer um pouco sobre experiências bem-sucedidas voltadas para a população idosa, aqui e em outros países.

Trabalhamos intensamente para que a qualidade do tratamento ao idoso em nosso País avançasse cada vez mais. Desde que assumi a Presidência da comissão, em março de 2017, apreciamos 93 proposições, das quais 51 requerimentos e 42 projetos de lei, em 24 reuniões deliberativas. Também promovemos 19 audiências públicas, das quais 9 em conjunto com outras Comissões da Casa.



Ao finalizar minha gestão à frente desta Comissão, é possível afirmar que foi um ano profícuo na perspectiva de que houve aproximação e interatividade com organizações, universidades, associações e instituições do segmento; no estreitamento da relação com governos municipais e estaduais a fim de fomentar e divulgar as boas práticas em relação à população idosa; na deliberação de pareceres a projetos de lei, além da aproximação com o Ministério dos Direitos Humanos, da Secretaria Nacional da Pessoa Idosa e do Conselho Nacional da Pessoa Idosa.

Vamos continuar trabalhando nesse sentido, pois o Brasil precisa encarar a grande mudança social e demográfica que está atravessando e aprender a dar tratamento digno aos seus idosos. Eles merecem nosso respeito e nossa homenagem. Um país que cuida dos seus idosos é um país que cuida de todos.

Deputado **Gilberto Nascimento** (PSC/SP),

Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES

O ano de 2016 marca o início do funcionamento da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cidoso) no quadro das comissões permanentes da Câmara dos Deputados. A iniciativa reforça a atenção do parlamento brasileiro com esse segmento cada vez mais numeroso da população. O envelhecimento populacional caracteriza uma das maiores transformações demográficas do século. No Brasil, estima-se que a população idosa em 2055 ultrapassará o número de jovens. Dessa maneira, os desafios da Cidoso são abundantes para ajudar o país a encontrar soluções apropriadas que assegurem um envelhecimento digno para os brasileiros.

Criada por iniciativa da Deputada Leandre dal Ponte (PV/PR), através da Resolução nº 15, de 2016, a Cidoso contou com aproximadamente sete meses de atividade em 2016 e, nesse tempo, realizou diversas audiências públicas, promoveu o diálogo com instituições e sociedade civil acerca de temas tão caros para a população idosa, como, por exemplo, a reforma da previdência. Além disso, foram realizadas missões oficiais para algumas localidades que dispõem de políticas públicas de excelência na área. Em relação à atividade legislativa, a Comissão aprovou 14 projetos de lei e segue para a próxima sessão legislativa com mais de 100 proposições para deliberação.

A Cidoso, composta por 22 membros e igual número de suplentes, é uma das 25 Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Atua como órgão técnico da Casa, com apoio de consultores legislativos e servidores administrativos e tem as seguintes atribuições Regimentais (art. 32, XXV):

XXV - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:

- a) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou à violação de direitos da pessoa idosa;
- b) fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos da pessoa idosa;
- c) programa de apoio à pessoa idosa em situação de risco social;
- d) monitoramento de políticas públicas relacionadas às pessoas idosas;
- e) acompanhamento da ação dos conselhos de direitos das pessoas idosas, instalados na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios;
- f) pesquisas e estudos relativos à situação das pessoas idosas no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa;
- g) incentivo à conscientização da imagem dos idosos na sociedade;
- h) regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

....."(NR)

1. COMPOSIÇÃO

1.1. Presidente



Deputado Gilberto Nascimento
PSC/SP

PRESIDENTE

1.2. Titulares



Antonio Bulhões
PRB/SP



Carlos Henrique Gaguim
PODE/TO



Carmen Zanotto
PPS/SC



Conceição Sampaio
PP/AM



Creuza Pereira
PSB/PE



Cristiane Brasil
PTB/RJ



Delegado Waldir
PR/GO



Eros Biondini
PROS/MG



Geovania de Sá
PSDB/SC



Geraldo Resende
PSDB/MS



Gilberto Nascimento
PSC/SP



João Marcelo Souza
PMDB/MA



Leandre
PV/PR



Luzia Ferreira
PPS/MG



Marcos Reategui
PSD/AP



Pompeo de Mattos
PDT/RS



Pr. Marco Feliciano
PSC/SP



Raquel Muniz
PSD/MG



Roberto de Lucena
PV/SP

1.2. Suplentes



Alexandre Serfiotis
PMDB/RJ



Angelim
PT/AC



Deley
PTB/RJ



Flávia Moraes
PDT/GO



Goulart
PSD/SP



Heitor Schuch
PSB/RS



João Paulo Papa
PSDB/SP



Laura Carneiro
PMDB/RJ



Marcelo Aguiar
DEM/SP



Marco Antônio Cabral
PMDB/RJ



Reginaldo Lopes
PT/MG



Ricardo Teobaldo
PODE/PE

2. EVENTOS

<i>Reuniões Ordinárias</i>	
Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidentes	1
Deliberativas	24
Audiências Públicas	10
Audiências Públicas Conjuntas	9
Reuniões Técnicas	3
<i>Outros Eventos</i>	
Mesa Redonda	1
Seminário	1
Fóruns	2
Sessão Solene	1
Missões Oficiais	7
Total Geral	59

2.1 Audiências Públicas

Ao longo do ano de 2017, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa promoveu dezenove Audiências Públicas, sendo nove conjuntas com outras comissões.

No quadro a seguir, apresenta-se um resumo dessas audiências – temas, autores dos requerimentos e palestrantes.

2.2 Quadro das Audiências Públicas Realizadas

Data	Tema	Autores dos Requerimentos	Palestrantes
26/04/2017	A relação entre os Planos de Saúde e a crescente população que envelhece no Brasil.	Requerimento nº 30/2017, do Sr. Gilberto Nascimento (PSC/SP)	- Sr. Geraldo Adão Santos, Coordenador Adjunto da Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde nos Ciclos de Vida (Criança, Adolescente, Adulto e Idoso) do Conselho Nacional de Saúde - CIASCV/CNS; - Sr. José Cechin, Representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar, FenaSaúde ; - Sra. Ana Carolina Navarrete, Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC.
17/05/2017	A Reforma da Previdência.	Requerimentos nºs 29/17, do Sr. Gilberto Nascimento (PSC/SP) e 32/17, da Sra. Leandre (PV/PR).	- Sr. Emanuel Dantas, Coordenador Geral de Estudos Previdenciários do Ministério da Fazenda - Sr. Delcio Bruno Lopes, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP - Sra. Tereza Lins, representante do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI; - Sr. Roberto Ellery, Professor do Departamento de Economia da Unb e Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Unb.
24/05/2017	Educação na Terceira Idade	Requerimento Nº 31/2017, da Sra. Leandre (PV/PR) e	- Sr. Carlos Humberto Spezia, Coordenador Geral de Educação de Jovens e Adultos do MEC; - Sra. Tereza Lins, Presidente da Associação Nacional de Gerontologia do Brasil - ANG Brasil;

		do Sr. Angelim (PT/AC)	- Sra. Rita de Cássia da Silva Oliveira, Presidente da Associação Brasileira das UNATI.
25/05/2017	As normas inerentes às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e as dificuldades de sua manutenção	Requerimento Nº 43/2017, da Sra. Carmen Zanotto (PPS/SC) e da Sra. Geovania de Sá (PSDB/SC)	- Sra. Vera Lucia Campelo, Coordenadora do Serviço de Acolhimento do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS; - Sra. Alice Alves de Souza, Coordenadora de Serviços de Interesse da Saúde da Gerência -Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde da Anvisa; - Sr. Bahij Amin, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI; - Sr. Hisham Hamida, Diretor do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, CONASEMS; - Sra. Zilda Furlan, Diretora do Asilo Vicentino do Município de Lages – SC.
07/06/2017	As inovações para melhorar a qualidade de vida dos idosos.	Requerimento Nº 49/2017, da Sra. Raquel Muniz (PSD/MG) e da Sra. Luzia Ferreira (PPS/MG)	- Sra. Maria Ângela Pinheiros, geriatra na cidade de Montes Claros, MG. - Sr. Juarez Elisiáirio, apresentador do Programa Dedo de Prosa, de Belo Horizonte; - Sr. Adriano Duarte Silva, vereador da cidade de Mirabela - MG.
09/08/2017	O Mal de Alzheimer	Requerimento nº 33/17, da Sra. Leandre (PV/PR).	- Sr. Quirino Cordeiro Júnior, Coordenador Geral de Saúde Mental, Álcool e outras drogas da Secretária de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; - Sra. Ana Lúcia da Silva, Coordenadora do Conselho Nacional da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos; - Maria Leitão Bessa, Presidente da Associação Brasileira de Alzheimer; - Dr. Otávio Castello, médico geriatra e diretor científico da Associação Brasileira de Alzheimer – ABRAZ do Distrito Federal; - Jerusa Smid, Membro Titular da Academia Brasileira de Neurologia e Secretária do Departamento Científico de Neurologia Cognitiva e do Envelhecimento.
13/09/2017	As formas de violência contra a pessoa idosa e a importância da delegacia do idoso	Requerimento nº 47/2017, da Sra. Leandre (PV/PR) e da Sra. Luzia Ferreira (PPS/MG).	- Dra. Rosana Beraldi Bevervanço, Procuradora da Promotoria de Direito do Idoso do Ministério Público do Estado do Paraná; - Dra. Iadya Gama Maio, Procuradora de Justiça Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e Presidente da Associação Nacional dos Membros

			<p>do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência;</p> <p>- Dra. Ana Paula Diniz, Delegada responsável pela Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso de Natal/RN;</p> <p>-Dra. Larissa Savegnago, Delegada responsável pela Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso de Porto Alegre/RS.</p>
18/10/2017	Violência Financeira	Requerimento nº 69/2017, da Sra. Carmen Zanotto (PPS/SC).	<p>- Dra. Márcia Domingos de Sá, Coordenadora da Central Jurídica do Idoso - CJI do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT);</p> <p>- Dra. Yélena de Fátima Monteiro Araújo, Promotora de Justiça do Estado de Pernambuco, representando o Conselho Nacional do Ministério Público;</p> <p>- Sr. Alberto Carlos Freitas Alegre, Coordenador-Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios, do Instituto Nacional do Seguro Social;</p> <p>- Sr. Diógenes Donizete Silva, Coordenador do Núcleo de Apoio ao Superendividado do Procon - SP;</p> <p>- Dra. Iadya Gama Maio, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.</p>
07/11/2017	As mudanças propostas para os Planos de Saúde em virtude do PL 7419/2006.	Requerimento nº 75/2017, do Sr. Gilberto Nascimento (PSC/SP).	<p>-Dep. Rogério Marinho, Relator da Comissão Especial do PL 7.419/2006;</p> <p>-Sra. Ana Carolina Rios Barbosa, Gerente Geral de Relações Institucionais, da Agência Nacional de Saúde -ANS;</p> <p>-Sra. Daniele Rodrigues Campos, Gerente Econômico Financeira e Atuarial dos Produtos, da Agência Nacional de Saúde –ANS;</p> <p>-Sr. Bahij Amin Auh, Presidente em Exercício do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI);</p> <p>-Sr. José Cechin, Diretor-Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar;</p> <p>-Dra. Sandra Krieger, Conselheira Federal da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB;</p> <p>-Sr. Francisco de Assis Figueiredo, Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.</p>
29/11/2017	Linhas de cuidado para o idoso no Brasil.	Requerimento nº 34/2017, da Sra. Leandre (PV/PR) e	- Sra. Maria Socorro Medeiros de Moraes, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;

		da Sra. Carmen Zanotto (PPS/SC).	- Dom Peruzzo, Presidente Nacional da Pastoral da Pessoa Idosa e Arcebispo Metropolitano de Curitiba; - Irmã Terezinha Tortelli, Coordenadora da Pastoral da Pessoa Idosa.
--	--	----------------------------------	---

2.3 Audiências Públicas Conjuntas

Data	Tema	Autores do Requerimento	Palestrante
03/05/2017	PEC 287/2016 - Reforma da Previdência: propostas de mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), especialmente para idosos e pessoas com deficiência.	Requerimentos nºs 97/17 (CLP) da Sra. Flávia Morais (PDT/GO) e 36/17 (CIDOSO), da Sra. Flávia Morais (PDT/GO), da Sra. Leandre (PV/PR) e da Sra. Creuza Pereira (PSB/PE).	- Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, Assessor Especial do Ministro do Planejamento; - Décio Bruno Lopes - Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; e - Izabel Maior - Conselheira da Pessoa com Deficiência do Estado do Rio de Janeiro.
09/05/2017	PL nº 6.478/2013, referentes à criação de mecanismos para coibir a violência contra a pessoa idosa.	Requerimentos nºs 105/17 (CLP), da Sra. Flávia Morais (PDT/GO), e 38/17 (CIDOSO), da Sra. Flávia Morais (PDT/GO) e da Sra. Creuza Pereira (PSB/PE).	- Maria Cecília de Souza Minayo, Professora Doutora da Fundação Oswaldo Cruz - FioCruz . - Leonardo Penafiel Pinho, Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana - CNDH.
31/05/2017	PL nº 3.480/12, da Sra. Flávia Morais, que "Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010,	Requerimentos nºs 104/17 (CLP) da Sra. Flávia Morais (PDT/GO) e 39/17	- Moacir Meirelles de Oliveira, representante da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP; - Epitácio Luiz Epaminondas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINTAPI;

	modificando as regras para a dedução do imposto de renda das doações feitas por pessoas físicas e jurídicas aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais do Idoso".	(Cidoso), da Sra. Flávia Morais (PDT/GO) e do Sr. Marco Antônio Cabral (PMDB/RJ).	- Ignês Luzia Guardiola, presidente do Conselho Estadual do Idoso do Estado de Goiás – CEIGO; - Dr. Bahij Amin Aur, vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI.
12/07/2017	Projeto de Lei nº 2029/2015, que "institui a Política Nacional do Cuidado", no que se refere aos modelos de cuidado de longa duração para idosos adotados por outros países que vivenciam, há mais tempo, a aceleração do envelhecimento populacional.	Requerimentos nºs 103/17 (CLP), 477/17 (CSSF), ambas da Sra. Flávia Morais (PDT/GO) e 40/17 (Cidoso), da Sra. Flávia Morais (PDT/GO) e do Sr. Marco Antonio Cabral (PMDB/RJ).	- Maria Cavalcanti Vicente - Representante da Secretaria dos Direitos Humanos; - Mariana De Souza Machado Neris - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS - Elizabete Ana Bonavigo - Coordenadora-Geral da Saúde do Idoso do Ministério da Saúde - Luciana Amorim De Santana Mota, Gerente de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa da Secretaria Cidadã do Estado de Goiás; - Iadya Gama Maio, Doutora em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da USP - "Participação por videoconferência". - Cornelis Johanes Van Stralen - Representante do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES; - Paulo Fernando Melo Da Costa - Representante da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família - PROVIDA-FAMÍLIA.
12/07/2017	Inovações tecnológicas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em virtude das comemorações dos 27 anos do Instituto.	Requerimentos nºs 58/17 (Cidoso), do Sr. Gilberto Nascimento (PSC/SP), 555/17 (CSSF), da Sra. Júlia Marinho (PSC/PA), e 119/17 (CPD), do Sr. Professor Victório Galli (PSC/MT).	- Sr. Leonardo Gadelha, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - Sr. Jobson de Paiva Silveira Sales, Diretor de Atendimento do INSS.
16/08/2017	Debate sobre a Saúde Auditiva	Requerimentos nºs 120/2017(CPD), 60/2017(CIDOSO) e 571/2017 (CSSF), todos de autoria da	- Dra. Thelma Regina da Silva Costa, Presidenta do Conselho Federal de Fonoaudiologia - Dr. Miguel Ângelo Hyppolito e Dr. Fayez Bahnad Jr., Representantes da Associação Brasileira de Otorrinolaringologista e Cirurgia Cérvico Facial

		Sra. Carmen Zanotto (PPS/SC).	- Sra. Odília Brígido de Sousa, Coordenadora-Geral da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde
04/10/2017	Debater a mobilidade e acessibilidade urbana para as pessoas idosas e pessoas com deficiência	Requerimentos nºs 51/17 (CIDOSO), da Sra. Leandre (PV/PR), da Sra. Mara Gabrilli (PSDB/SP) e outros; 62/17 (CIDOSO) da Sra. Leandre (PV/PR); 176/17 (CDU) do Deputado Givaldo Vieira (PT/ES); e 110/17 (CPD) da Sra. Mara Gabrilli (PSDB/SP) e do Sr. Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	- Sr. Sérgio Yassuo Yamawaki, Presidente da Comissão de Acessibilidade do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná; - Professor Ângelo José Gonçalves Bós, Representante do Instituto de Geriatria e Gerontologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS); - Sra. Maria Socorro Medeiros de Moraes, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas; - Sra. Marinalva Silva Cruz, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência do Município de São Paulo; - Sr. Marco Antônio Ferreira Pellegrini, Secretário dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SDH/MJ; - Dr. Gabriel Guy Léger, Procurador do Ministério Público de Contas do Paraná.
08/11/2017	Os processos de envelhecimento da população brasileira, com o tema "Relações intergeracionais e o bem-estar do idoso"	Requerimentos nºs 73/17 (Cidoso), do Sr. Goulart (PSD/SP), do Sr. Angelim (PT/AC), da Sra. Leandre (PV/PR), do Sr. Marco Antônio Cabral (PMDB/RJ); e 637/2017(CSSF), do Sr. Diego Garcia (PHS/PR).	- Sr. Ignacio Socias, Direito de Relações Institucionais da Federal Internacional para o Desenvolvimento da Família (IFFD); - Sra. Cláudia Augusta Ferreira Deud, Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados; - Sr. Pedro Holanda, Representante da Confederação Nacional das Entidades de Família (CNEF); - Sr. Flávio Cireno Fernandes, Coordenador-Geral de Ciência de Dados da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP;
22/11/2017	A inserção e a manutenção do idoso no mercado de trabalho - PEC 287/16 e PL 6787/16.	Requerimentos nºs 57/2017 (Cidoso), da Sra. Leandre (PV/PR), e 44/2017 (Cidoso), da Sra. Flávia Moraes (PDT/GO) e da Sra.	-- Sr. Tiago Oliveira, Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).



		Cristiane Brasil (PTB/RJ), 209/2017 (CTASP) e 112/2017 (CLP), ambos da Sra. Flávia Morais (PDT/GO).	
--	--	--	--

2.4 Galeria de Fotos das Audiências Públicas



2.5 Reuniões Técnicas

Data	Tema	Autores dos Requerimentos	Participantes
23/08/2017	A Política Nacional do Cuidado e o Projeto de Lei nº 2.029/2015 com a presença de Comitê Interinstitucional.	Requerimento nº 55/17 de autoria do Sr. Gilberto Nascimento (PSC/SP).	<ul style="list-style-type: none"> - Representantes do Ministério dos Direitos Humanos - Representantes da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; - Representantes do Ministério da Saúde; - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social; - Representante do Ministério da Fazenda e da Previdência.
28/09/2017	Discussão sobre a Política Nacional do Cuidado - PL 2029/2015	Requerimento nº 55/17 de autoria do Sr. Gilberto Nascimento (PSC/SP).	<ul style="list-style-type: none"> - Representantes do Ministério dos Direitos Humanos - Representantes da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; - Representantes do Ministério da Saúde; - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social; - Representante do Ministério da Fazenda e da Previdência.
10/10/2017	Emendas à LOA 2018, Projeto de Lei nº 20/2017-CN.	Requerimento nº 55/17 de autoria do Sr. Gilberto Nascimento (PSC/SP).	<ul style="list-style-type: none"> - Sra. Maria Socorro Medeiros de Moraes, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; - Sra. Ana Lúcia da Silva, Coordenadora do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDPI/MDH. - Sr. Sérgio Paulo da Silveira Nascimento, Diretor do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa Idosa do MDH;

2.6 Outros eventos

Ao longo do ano de 2017, além das Audiências Públicas realizadas pela Cidoso, outros eventos marcaram o calendário de atividades da Comissão, a exemplo do Seminário conjunto com a Comissão de Legislação Participativa, além de Mesa Redonda de debates na Câmara Municipal de São Paulo. Nos quadros a seguir, apresenta-se um resumo dessas audiências – temas, autores dos requerimentos e palestrantes.



2.6.1. Missões Oficiais

2.6.1.1 Missão à cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Em atendimento ao Requerimento nº 28/2017, de autoria do Deputado Gilberto Nascimento, a Comissão visitou

Cidoso/Câmara dos Deputados Porto Alegre, capital do Rio Grande



do Sul, no dia 8 de maio, com o intuito de debater, junto a instituições e entidades envolvidas com os direitos da pessoa idosa, ações e projetos voltados à qualidade de vida, saúde e

proteção dos idosos. O Rio Grande do Sul se destaca pelas políticas públicas implementadas em relação à população idosa.

Em Porto Alegre, a Associação Nacional de Aposentadoria e Pensionistas de Previdência Social - ANAPPS promove ações e cursos voltados à autonomia, manutenção da capacidade laboral e funcional, bem-estar cultural, psicológico e social, bem como à inclusão social dos idosos.

A Comitiva foi recebida pela Presidente da Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social (ANAPPS), que apresentou as ações ali desenvolvidas, que envolvem tratamento humanizado aos associados e propiciam inclusão social, na família e na comunidade.

Agência Câmara

2.6.1.2 Missão à cidade de São Paulo, São Paulo

Envelhecimento Populacional e Políticas Públicas na cidade de São Paulo foi o tema de Mesa Redonda realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa em 19 de maio no Auditório Prestes Maia do Palácio Anchieta (Câmara Municipal de São Paulo), que deu início à visita na capital paulista.

O encontro contou com a participação da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, que trabalha com Plano de Metas para a população idosa e coordena políticas públicas para idosos. Para o representante da precisa reformatar a cultura do envelhecimento. Para a presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da OAB São Paulo, Adriana Maria de Fávani Viel “nós esperamos muito do Estado porque o Estado pode muito, mas nós também precisamos do apoio da sociedade, comunidade e das famílias no cuidado das questões envolvendo os idosos. Precisamos que a sociedade e as famílias assumam esse papel junto com o Estado”.

Delegacia de Proteção ao Idoso, o delegado Aleksiej Haponczuk Filho, um dos aspectos mais terríveis que aflige a população idosa é a violência familiar.

Nesse sentido, informou que 90% dos crimes contra os idosos são praticados dentro da família – ressaltou as situações conflitantes que o órgão enfrenta diariamente, na medida em que o idoso se sente receoso de fazer uma denúncia visto que vai voltar a habitar com aquele que o maltrata.

O Promotor de Justiça de Direitos Humanos, na área do idoso, na cidade São Paulo, Delton Pastore, acredita que o Brasil

Para ela, a entidade não defende uma bandeira específica na questão do idoso, mas buscará uma solução. “A Comissão está aberta para ser uma interlocutora dos diversos atores que lidam com essa questão do idoso, setor público e privado. Cada um vem com sua expertise para se encontrar o meio comum de ação. O momento é de ação, e ação coordenada”.

O evento realizado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados teve o apoio do Vereador Gilberto Nascimento Júnior (PSC). Ele acredita que a Câmara Municipal de São Paulo cumpre o papel de trazer para a cidade um debate fundamental para o futuro do país. “É importante que uma Comissão da Câmara Federal possa trazer os seus assuntos e debater boas ideias para políticas públicas destinadas aos idosos brasileiros”.

Em seguida à Mesa Redonda na Câmara Municipal de Vereadores da cidade de São Paulo, foram realizadas visitas com o objetivo de compartilhar experiências e o diálogo junto a instituições e entidades envolvidas com os direitos da pessoa idosa, bem como acompanhar ações e projetos exitosos no que possam servir de baliza em municípios com dificuldades de implementação de centros de atendimento ao idoso.

Entre elas cabem destacar as visitas à Vila do Idoso, gerida pela Prefeitura paulista, onde os idosos beneficiados por unidades habitacionais e atividades coletivas, e ao Centro de Referência do Idoso, entidade filantrópica na Zona Norte da capital que desenvolve programas exitosos.

Os Centros Dia, os ILPIs (Institutos de Longa Permanência dos Idosos) e a Unimaturidade (Universidade Aberta para a 3ª Idade) são iniciativas que agregam cuidados e capacitam, com o objetivo de que a população idosa seja também formadora de opinião.



Regina Céli Assumpção/Câmara dos Deputados

2.6.1.3 Missão à cidade de Assunção, Paraguai

Com o objetivo principal de examinar os avanços alcançados no cumprimento dos compromissos assumidos pelos países membros da CEPAL na Carta de São José sobre



os Direitos da Pessoa Idosa (aprovada na III Conferência Regional em São José da Costa Rica, de 8

a 11 de maio de 2012) e também de identificar as ações chave para ampliar a proteção dos direitos das pessoas idosas nos próximos 5 (cinco) anos, realizou-se, em Assunção, Paraguai, de 27 a 30 de junho, a IV Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento e Direitos das Pessoas Idosas na América Latina e no Caribe, com a

participação do Presidente da CIDOSO, Deputado Gilberto Nascimento.

A Conferência abordou diferentes questões nos quatro painéis temáticos realizados: (i) importância e valor do que foi aprovado na Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas, aprovada pela OEA no dia 15/6/2015 em Washington, DC; (ii) autonomia e independência na velhice; (iii) as diferentes formas de discriminação que afetam a inclusão econômica, política e social da pessoa idosa; e (iv) as políticas do cuidado da pessoa idosa no marco da solidariedade e interdependência. Cada um dos painéis de discussão, mediados por um moderador, teve a participação de representantes do poder público e de instituições de fomento ou planejamento de diferentes países da região.

Por fim, realizou-se Mesa Redonda mediada por pesquisadora sênior da CEPAL, sobre a “Contribuição de Instituições voltadas às pessoas idosas na proteção dos direitos humanos e na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

No encerramento da IV Conferência, organizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL e pelo governo do Paraguai, os países participantes reafirmaram o compromisso de promover, proteger e respeitar os direitos humanos, a dignidade e as liberdades fundamentais da pessoa idosa. Ao término do evento, aprovaram por unanimidade a Declaração de Assunção - Construindo sociedades inclusivas: envelhecimento com

dignidade e direitos, que ratifica a responsabilidade de os Estados participantes garantirem tal envelhecimento.

Links informativos da IV Conferência:

<https://www.youtube.com/watch?v=MODqI4twFMk&feature=youtu.be>

<http://conferenciaenvejecimiento.cepal.org/4/es>

<http://conferenciaenvejecimiento.cepal.org/4/es/documentos/derechos-personas-mayores-retos-la-interdependencia-autonomia>

http://conferenciaenvejecimiento.cepal.org/4/sites/envejecimiento4/files/17-00540_cre.4_programa_preliminar_26-06-2017.pdf

2.6.1.4 Missão à cidade de São Francisco, Califórnia (EUA)

O maior encontro mundial sobre o campo de envelhecimento, o 21º Congresso Mundial da Associação de Gerontologia e Geriatria (21st IAGG World Congress of Gerontology and Geriatrics) ocorreu entre 23 e 27 de julho, em São Francisco, Califórnia. Mais de 6.000 especialistas, estudiosos e profissionais de todo mundo se reuniram para debater os desafios impostos pelo envelhecimento populacional.

Link: <https://www.iagg2017.org/overview/about-the-hosts>

International Association of Gerontology and Geriatrics (IAGG)



2.6.1.5 Missão à cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa realizou seminário, em 11 de agosto, em Dourados (MS). As discussões abordaram a situação atual do idoso, os casos de violência e o aumento da longevidade, entre outros assuntos.

A pedido do deputado Geraldo Rezende (PSDB-MS), a comissão também visitou um centro de convivência do idoso.

“O crescimento na proporção de idosos será ‘marcante’ nas próximas décadas. Mantida a taxa atual, o envelhecimento da população brasileira será duas vezes mais rápido que a média mundial”, afirmou Rezende.

“No Brasil, entre 1950 e 2000, a fatia de idosos no contingente populacional se manteve inferior a 10%,”

semelhante ao observado em países menos desenvolvidos.

A partir de 2010, o indicador começa a se aproximar das estimativas de países mais desenvolvidos, com fatia mais expressiva de idosos na população



brasileira”, compara o parlamentar.

Pelos dados da Organização das Nações Unidas, continua o deputado, os idosos de 60 anos ou mais representavam 12,3% da população mundial. “No Brasil, no mesmo ano, essa parcela foi similar, de 11,7% do contingente populacional. ”

Agência Câmara Notícias

2.6.1.6 Missão à cidade de Cascavel, Paraná

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa promove um seminário em Cascavel (PR), em 29 de setembro, sobre os direitos dos idosos.

“O Brasil tem visto sua população envelhecer com celeridade”, afirmou a deputada Leandre (PV-PR).

A parlamentar estima que, em algumas décadas, o número de idosos vai triplicar e passará de 10% da população brasileira, em 2010, para 29,3% em 2050. “As estimativas são de que a ‘virada’ no perfil da população acontecerá em 2030, quando o número absoluto e o percentual de brasileiros com 60 anos ou mais de idade vão ultrapassar o de crianças de 0 a 14 anos.”

Leandre ressalta a importância de repensar a agenda de políticas públicas para atender aos anseios da pessoa idosa. No município de Cascavel, informa a deputada, a Secretaria de Assistência Social coordena a

elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, que será um instrumento que norteará os serviços, programas, projetos e ações para a população idosa do município até 2020.

Além disso, Leandre cita outras experiências bem-sucedidas que estão sendo desenvolvidas na cidade direcionadas ao bem-estar dos idosos, como o projeto FeliCidade do Idoso – que prevê atividades diversas em um só lugar –, e o condomínio da Terceira Idade – voltado para atender idosos em situação de vulnerabilidade social.

O seminário foi realizado no auditório do Parque de Exposições de Cascavel.



Agência Câmara Notícias

2.6.1.7 Missão à cidade de Lages, Santa Catarina

Em 24 de novembro de 2017, atendendo a requerimento da Deputada Carmen Zanotto (PPS/SC), a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa realizou missão oficial para a cidade de Lages/SC. Além da parlamentar, a visita contou com a presença da Deputada Leandre (PV/PR).

A Cidoso, com o apoio da Câmara Municipal, realizou o Seminário “Direitos dos Idosos, Novos Olhares”, com a participação dos principais atores locais e regionais na questão das políticas públicas das pessoas idosas. Estiveram presentes membros do Poder Público e da sociedade civil.



2.7. Seminário

A Cidoso promoveu, em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa, evento para Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa. Deputados e representantes do Ministério Público e do governo federal destacaram, no evento que aconteceu em 12 de junho, a importância da adoção de medidas de combate à violência contra idosos.



Os idosos ocupam o segundo lugar no número de denúncias do Disque 100, voltado à proteção contra violações aos direitos humanos. A informação foi dada pelo coordenador-geral do serviço, Fabiano Lima. Segundo ele, em 2016, o Disque 100 recebeu 32.632 queixas relacionadas aos idosos – a maior delas

ligadas a negligência (38%), seguidas de violência psicológica (26,08%) e violência patrimonial (20,32%).

“As denúncias são acolhidas, registradas e encaminhadas para os órgãos que têm a melhor condição de oferecer proteção às vítimas”, explicou. “A rede de parceiros do Disque 100 também monitora essa atuação, acompanhando se, de fato, a denúncia é procedente ou não, se houve alguma medida protetiva à vítima ou mesmo a responsabilização do agressor”, acrescentou o representante do Ministério dos Direitos Humanos.

Promotorias especializadas

A procuradora regional da República Eliana Torelly comentou que a violência contra a população acima dos 60 anos ainda é muito grande no Brasil. Ela destacou que, para melhorar o atendimento a esse público, o Ministério Público conta em todos os estados com promotorias especializadas na defesa da pessoa idosa.

“O Ministério Público do Distrito Federal possui uma promotoria na qual está instalada a Central Judicial do Idoso, que desenvolve um trabalho preventivo em relação às questões do envelhecimento e acolhe as reclamações de violação de direitos”, apontou.

Responsabilização

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, o deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP) defendeu que sejam criadas penalidades em caso de omissão das entidades

responsáveis pela assistência ao idoso. Na avaliação dele, os índices de resolução das denúncias ainda são muito baixos.

“É preciso que haja a responsabilização do agente público que não responder de imediato a essas demandas”, apontou.

Por sua vez, a presidente da Comissão de Legislação Participativa, deputada Flávia Moraes (PDT-GO), ressaltou que é preciso discutir políticas públicas capazes de dar segurança e amparo aos idosos.

Agência Câmara Notícias

2.8. Fórum

Data	Tema	Autores do Requerimento	Palestrantes	Fotos
30/08/2017	Envelhecimento e saúde	Requerimento nº 65/2017, do Deputado Gilberto Nascimento (PSC/SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Professora Doutora Andréa Mathes Faustino, professora do Departamento de Enfermagem e Coordenadora da Liga Acadêmica de Gerontologia da Universidade de Brasília; - Sra. Michelle Mello de Souza Rangel, Diretora-Adjunta de Desenvolvimento Setorial, Agência Nacional de Saúde. 	
06/12/2017	Cidade Amiga do Idoso	Requerimentos nºs 68/2017 (Cidoso), da Sra. Leandre (PV/PR), e 179/2017 (CDU) do Sr. Givaldo Vieira (PT/ES).	<ul style="list-style-type: none"> - Sra. Ina Voelcker, Diretora Técnica do Centro Internacional de Longevidade Brasil; - Sr. João Carlos Correa, Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo; - Sra. Sílvia Maria Magalhães Costa, Diretora do Departamento de Atenção ao Idoso do Ministério do Desenvolvimento Social. 	

2.9. Sessão Solene

O Dia Nacional do Idoso, em 1º de outubro, foi comemorado pela Câmara em 3 de outubro, em sessão solene solicitada pelos deputados Gilberto Nascimento (PSC-SP) e Professor Victório Galli (PSC-MT).



De acordo com Gilberto Nascimento, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, a celebração do Dia do Idoso visa a promover a valorização dos mais velhos e garantir políticas para que possam viver com qualidade. “Meu sonho seria não precisar de nenhuma legislação, mas infelizmente precisamos de leis para nos proteger”, afirmou.

Os deputados Geraldo Resende (PSDB-MS), Raquel Muniz (PSD-MG) e Leandre (PV-PR), integrantes da Comissão

de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, pediram a valorização do idoso.

“É necessário investir nas políticas de saúde, na assistência social e na mobilidade para assegurar a qualidade de vida para essa parcela da população cada vez mais significativa no Brasil”, afirmou Geraldo Resende.

Raquel Muniz disse que a expectativa de vida dos brasileiros cresceu nas últimas duas décadas, mas alertou que são necessárias precauções. “Viver mais tempo não significa viver com mais qualidade. Precisamos encontrar serviços mais rápidos e com mais qualidade para atender essa população”, disse.

Leandre pediu mais apoio na defesa dos direitos dos idosos. “O poder público não pode negligenciar os direitos das pessoas idosas, é preciso mostrar e cumprir todos os direitos que o idoso possui”, afirmou.

Estatuto do Idoso

O Estatuto do Idoso foi criado há 14 anos, por meio da Lei 10.741/03, e garante os direitos das pessoas acima de 60 anos.

O regulamento apresenta disposições como: desconto em atividades de cultura, esporte e lazer; não esperar em filas; não pagar passagem de ônibus coletivos; receber medicamentos gratuitos em postos de saúde; vagas em estacionamento; dentre outras.

Em mensagem enviada ao Plenário, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, citou dados do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE) para destacar a importância da promoção de cidadania ao idoso. Ele ressaltou que, nos dias atuais, já é normal o indivíduo chegar aos 60 anos com saúde, vigor e vida ativa e produtiva.

“No início deste século, 9% dos brasileiros tinham mais de 60 anos. Em 2015, o índice saltou para 14,3%. Em 2050, esse número chegará aos 29,3%. Precisamos saber como incluir melhor essa população no futuro”, disse.

Agência Câmara Notícias

3. APRECIÇÃO DE PROPOSIÇÕES NA COMISSÃO

Para ilustrar as deliberações da Comissão de forma sintética - em termos numéricos - são apresentados, a seguir, os quantitativos referentes à apresentação e à apreciação tanto de requerimentos como de projetos de lei

Requerimentos Apreciados	51
Projetos de Lei Apreciados*	193

* Número correspondente a Projetos de Leis Principais e a Projetos de Leis apensados apreciados ao longo do ano pela Comissão

3.1. Demonstrativos Numéricos dos Requerimentos

REQUERIMENTOS – FINALIDADES				
Audiências Públicas	Missão Oficial	Outros Eventos	Diversos	Total de Requerimentos Apresentados
29	9	5	8	51

SITUAÇÃO DOS REQUERIMENTOS				
Aprovados	Rejeitados	Não deliberados	Realizados/Arquivados	Total de Requerimentos Apresentados
51	-	-	35	51

3.2. Demonstrativo Numérico dos Projetos

Proposições Apreciadas pelas Comissões – Período de 23/3/2017 a 14/12/2017

Comissão		Apreciadas com Parecer*:		TOTAL
		Pela Aprovação	Pela Rejeição	
Comissão Permanente**	CIDOSO	176	17	193

*Os quantitativos apresentados correspondem às proposições apreciadas na Comissão durante o período indicado. Cada Comissão, ao apreciar uma proposição, conclui por parecer a aprovação ou a rejeição da matéria.

** Uma mesma proposição poderá tramitar em mais de uma comissão de acordo com seu campo temático nos termos da distribuição feita pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Pendentes de Apreciação (Principais e apensados)
210

3.3. Emendas à LDO e ao Orçamento para 2018

Em 2017, foram aprovadas pela Cidoso duas emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e quatro à Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme os quadros demonstrativos abaixo.

Quadro nº 1 - Sugestões de emendas ao PL nº 1/2017-CN (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018)				
Nº	AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO na CMO
1	Flávia Morais	Acréscimo de meta	SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2018 – COMISSÕES Nº 2/17 – da Sra. Flávia Morais – Estruturar a Rede de Serviços de Proteção Social Especial. Programa: 2037. Ação: 2B31.	Unidade de Medida: unidade Meta aprovada emenda: 22,5 Voto do Relator: Pela Aprovação
2	Geraldo Resende	Acréscimo de meta	SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2018 – COMISSÕES Nº 5/17 – do Sr. Geraldo Resende – Combate à violência contra a Pessoa Idosa. Programa: 2064. Ação: 215J Defesa dos Direitos Humanos.	Unidade de Medida: unidade Meta aprovada emenda: 5 Voto do Relator: Pela Aprovação

Quadro nº 2 - Sugestões de emendas ao PL nº 20/2017-CN (Lei Orçamentária Anual para 2018)				
Nº	AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO na CMO
1	Leandre Marcos Reategui	Apropriação – Inclusão	SUGESTÃO DE EMENDA À LOA 2018 - N º1 CIDOSO – da Sra. Leandre e do Sr. Marcos Reategui – Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, com o objetivo de promover campanhas de conscientização, pesquisas e produção de conhecimento focados no respeito das pessoas idosas. Programa: 2064; Ação: 218Q.	Unidade de Medida: reais Meta aprovada emenda: 100.000 Voto do Relator: Pela Aprovação

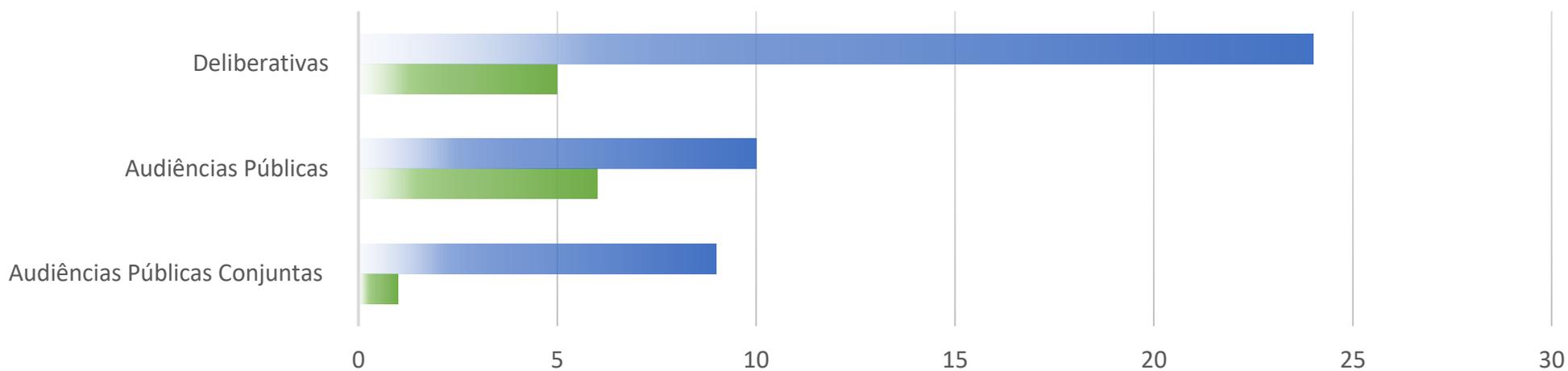
2	Gilberto Nascimento Flávia Morais	Apropriação-Acréscimo	SUGESTÃO DE EMENDA À LOA 2018 - N °2 CIDOSO – do Sr. Gilberto Nascimento e do Sra. Flávia Morais – Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, para equipagem de Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa Idosa com o objetivo de assegurar condições mínimas necessárias para fomentar a criação de conselhos estaduais e municipais em âmbito nacional e permitir a atuação dos já existentes, ensejando maior capilaridade das ações governamentais e o efetivo acompanhamento, monitoramento e participação das pessoas idosas em todo o território brasileiro . Programa: 2064; Ação: 218Q.	Unidade de Medida: reais Meta aprovada emenda: 100.000 Voto do Relator: Pela Aprovação
3	Carmen Zanotto	Apropriação-Acréscimo	SUGESTÃO DE EMENDA À LOA 2018 - N °3 CIDOSO – da Sra. Carmen Zanotto – Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para acréscimo de despesa destinada ao Fundo Nacional do Idoso com o intuito de atender às necessidades da população idosa, principalmente a mais carente. Programa: 2064; Ação: 218Q.	Unidade de Medida: reais Meta aprovada emenda: 500.000 Voto do Relator: Pela Aprovação
4	Geraldo Resende	Apropriação-Inclusão	SUGESTÃO DE EMENDA À LOA 2018 - N °4 CIDOSO – do Sr. Geraldo Resende – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial para a inclusão de despesa voltada à criação de Centros de Referência a Pessoa Idosa em todos estados da federação, para fornecer atendimento especializado a população idosa. Programa: 2037; Ação: 2b31.	Unidade de Medida: reais Meta aprovada emenda: 100.000 Voto do Relator: Pela Aprovação

4. Balanço 2016/2017

O ano de 2016 marcou o início das atividades da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, efetivamente instalada no final do mês de maio do referido ano. Dessa maneira, a Comissão contou com poucos meses de trabalho para implementação das rotinas e consolidação do trabalho. Ainda assim, a Cidoso realizou missões oficiais, audiências públicas, promoveu um seminário e uma sessão solene, aprovou emendas orçamentárias e proposições.

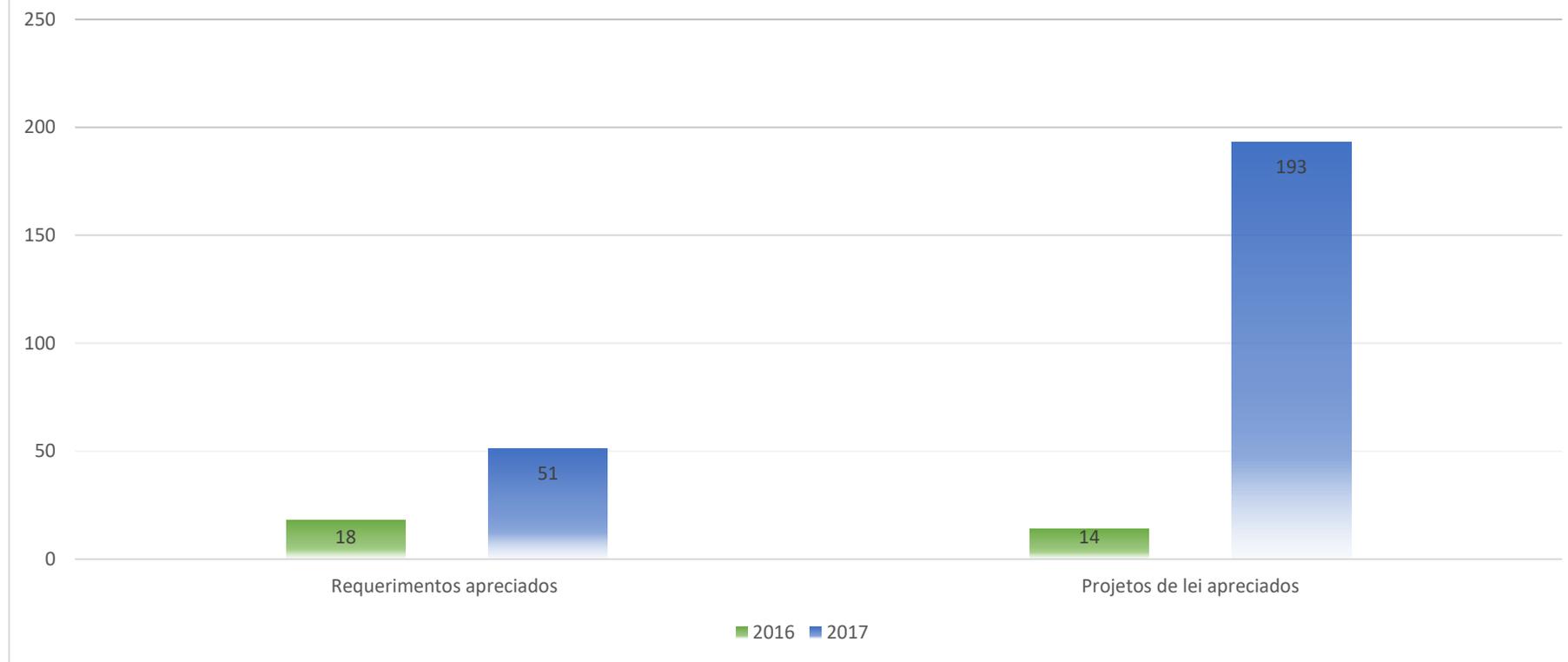
No ano de 2017, com um colegiado de parlamentares atentos ao tema, a Comissão solidificou suas atividades e impulsionou consideravelmente seus resultados, como demonstram os comparativos a seguir:

REUNIÕES CIDOSO - COMPARATIVO 2016 E 2017



	Audiências Públicas Conjuntas	Audiências Públicas	Deliberativas
■ 2017	9	10	24
■ 2016	1	6	5

PROPOSIÇÕES APRECIADAS - COMPARATIVO 2016/2017



5. A Comissão e a Sociedade

Aprovação do Projeto de Resolução do Prêmio Zilda Arns

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em 28 de setembro de 2017, a criação do Prêmio Zilda Arns pela Defesa e Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa (PRC 231/17).

O Relator da proposta, deputado Evair Vieira de Mello (PV-ES), afirmou que o prêmio será concedido pela Câmara dos Deputados a cinco personalidades que se destacarem em ações em defesa da pessoa idosa.

“Zilda Arns é referência neste País em filantropia. Que esse prêmio possa inspirar tantos brasileiros a construir o bem para que possamos edificar o país”, disse o relator.

Na ocasião, a deputada Erika Kokay (PT-DF) também celebrou a memória de Zilda Arns. “A vida de Zilda Arns nos faz acreditar na humanidade”, disse. Odorico Monteiro (PSB-CE), por sua vez, destacou que a humanitária teve papel fundamental na expansão do Programa Saúde da Família.

O texto aprovado estabelece que a entrega dos prêmios será feita pela Câmara em sessão solene. Não poderão concorrer à honraria parlamentares no exercício do mandato e entidades; comissões do Congresso; e servidores públicos lotados no Congresso Nacional.

Zilda Arns

Nascida em Forquilha, Santa Catarina, em 1934, a médica Zilda Arns se notabilizou pela atuação em causas humanitárias e sanitárias. Arns foi vítima do terremoto do Haiti ocorrido em janeiro de 2010. Ela estava no País em missão humanitária para implantação de uma Pastoral da Criança na nação caribenha.

Fundadora da Pastoral da Criança e integrante do Conselho Nacional de Saúde, Arns participou da criação da Pastoral da Pessoa Idosa em 2004, que atualmente acompanha mais de 163 mil idosos com 19 mil voluntários.

Agência Câmara Notícias

Idosos ocupam o segundo lugar no número de denúncias do Disque 100

Em audiência pública das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Legislação Participativa, convidados alertaram para a necessidade da conscientização da violência contra a pessoa idosa no País.

No dia 15 de junho é celebrado o Dia Internacional de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. Para marcar a data, as comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Legislação Participativa da Câmara realizaram audiência pública.

A procuradora regional da República, Eliana Torelly, afirmou que a violência institucional é muito forte no Brasil, principalmente em relação às pessoas com mais de 60 anos. Ela explicou que para melhorar o atendimento a essa parte da

população, o Ministério Público tem, em todos os estados, promotorias especializadas na defesa da pessoa idosa. Eliana Torelly citou o exemplo do Distrito Federal:

"O Ministério Público do DF conta com uma promotoria de Justiça da Pessoa Idosa, na qual se acha instalada a Central Judicial do Idoso, que desenvolve um trabalho preventivo em relação às questões do envelhecimento, acolhendo as reclamações de violação dos direitos dos idosos e dando a estas o devido encaminhamento."

Os idosos ocupam o segundo lugar no número de denúncias do Disque 100. Segundo o coordenador-geral desse serviço, do Ministério dos Direitos Humanos, Fabiano Lima, em 2016 o serviço recebeu 32.632 denúncias relacionadas aos idosos.

A maior parte das queixas está relacionada a negligência (38%), seguida de violência psicológica (26,08%) e violência patrimonial (20,32%):

"Essa denúncia é acolhida, registrada e encaminhada. Esse encaminhamento, ele privilegia os órgãos que têm a melhor condição de oferecer a proteção à vítima. E o Disque 100, para além de encaminhar, ele também monitora. Então, essa rede atuando, o Disque 100 monitora essa atuação, acompanhando se, de fato, aquela situação que foi revelada, ela é procedente ou não, se houve alguma medida protetiva em relação àquela vítima ou mesmo a responsabilização do agressor."

O deputado Gilberto Nascimento, do PSC de São Paulo, defende que sejam criadas

penalidades para a inação das entidades responsáveis pela assistência ao idoso, uma vez que os índices de resolução das denúncias são baixíssimos:

"Para que haja responsabilidade, também, do agente público que não responder de imediato essas demandas, que também ele tenha punições por isso."

A presidente da Comissão de Legislação Participativa, Flávia Moraes, do PDT goiano, afirmou que é preciso discutir dentro e fora da Câmara políticas públicas capazes de dar segurança e amparo para os idosos.

Agência Câmara Notícias

Comissão promove em 26/4 Audiência Pública sobre Planos de Saúde

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa promoveu a realização de debate sobre a relação entre os Planos de Saúde e a crescente população que envelhece no Brasil.

Presidente da Comissão e autor do requerimento (REQ 30/17) para o debate, o Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP) lembrou que existem importantes lacunas em termos da legislação do setor dos planos de saúde, sendo os idosos os mais afetados.

Segundo o parlamentar, após a Lei dos Planos de Saúde (9.656/98) e a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), houve melhora na qualidade e quantidade dos dados sobre o mercado de planos privados do País.

No entanto, para estender a cobertura a esse segmento da população, é preciso uma reavaliação da atual configuração empresarial do setor e das restrições impostas pelas operadoras dos planos, como os altos custos.

Representante do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, Geraldo Adão Santos afirmou que a estrutura de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) é limitada em relação à demanda, e também destacou a falta de profissionais: “Reconhecemos que quando o quadro não é completo o reflexo é a dificuldade de acesso”.

Planos e aposentadoria - Ana Carolina Navarrete, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), lembrou que há uma relação



estreita entre o emprego e o plano de saúde. “Há planos que são custeados integralmente pelos empregadores e alguns que são pagos em parte pelo empregado e em parte pelo empregador”, explicou.

Segundo ela, o problema é que, no caso de aposentadoria, as pessoas perdem os planos custeados integralmente pela empresa. Já os que pagam em parte, por lei devem pagar o total da mensalidade para permanecer.

Na avaliação de José Cechin, da Federação Nacional de Saúde Complementar, o

caminho para a redução dos gastos e até mesmo a melhoria do atendimento é o investimento na promoção de saúde e na prevenção de doenças.

Ele apresentou pesquisas mostrando que, pela média da população, quanto mais idosa é a pessoa, maior o gasto com a saúde. Outros dados apontam que o estado de saúde depende em 50% dos hábitos pessoais, sendo que, quanto mais a pessoa se cuidar ao longo da vida, menor será a procura por auxílio no futuro.

Comissão debate em audiência pública com a Comissão de Legislação Participativa a Violência contra a Pessoa Idosa

Em 9/5 a Comissão em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa reuniu-se em audiência pública para debater o Projeto de Lei n. 6.478/13, de autoria da Deputada Flávia Morais (PDT-GO). O texto da proposição tomou como bússola a experiência legislativa e a prática no combate à violência contra a mulher para se pensar a proteção do idoso.

Afirma a parlamentar que a necessidade de se aperfeiçoar a legislação no combate à violência contra o idoso é tema que requer cada vez mais a atenção do legislador e da sociedade.

O aumento significativo da população idosa no país exige políticas públicas em conformidade com o novo quadro, especialmente vulnerável a atos violentos

Dessa forma, a autora inclui os idosos entre as pessoas que podem recorrer à Lei Maria da Penha contra a violência doméstica. "Quando se trata de homem, o idoso é incluído na lei que tem como pena apenas o cumprimento de serviços à comunidade ou o pagamento de cestas básicas, uma pena muito para quem sofre violência física dentro do próprio lar", critica a Deputada. Em acréscimo, determina que as instituições financeiras

que concederem crédito de forma indiscriminada, sem investigar a capacidade de pagamento dos idosos, terão que rescindir o contrato para não comprometer a sobrevivência do idoso.

Durante o debate sobre formas de combater a violência contra as pessoas com mais de 60 anos e de ampliação dos mecanismos de proteção do idoso, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa contou com a presença de especialistas que defendem mais acessibilidade para evitar a violência a idoso.

A professora Maria Cecília de Souza Minayo, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) afirmou que morrem no Brasil, a cada dia, 41 idosos vítimas de violência. Segundo ela, 60% dessas

mortes são causadas por quedas ou acidentes em sua locomoção. Para ela, esses acidentes são fruto de negligência da família ou das cidades – que não têm equipamento urbano adequado à segurança dos idosos. A professora considera que é preciso dar mais atenção à qualidade dos equipamentos públicos: "Muitos idosos morrem no ir e vir, nas calçadas malfeitas ou inexistentes, nas entradas dos ônibus", exemplificou.

O representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana, Leonardo Pinho, afirmou que o principal problema dos idosos é a invisibilidade. Para ele, a falta de acesso aos serviços públicos também é um tipo de violência que deixa os idosos em situação ainda mais



vulnerável. "No SUS e no Sistema Único de Assistência Social [SUAS] ainda há muitas deficiências quanto aos direitos que constam do Estatuto do Idoso, e isso faz que a população idosa fique ainda mais vulnerável e dependente".

Segundo Leonardo Pinho, a falta de acesso às políticas públicas "contribui para o processo de

invisibilidade e principalmente de dependência da pessoa idosa, sendo que as políticas públicas têm como obrigação a promoção de autonomia desses idosos, segundo o Estatuto".

Agência Câmara Notícias

Cidoso debate a Reforma da Previdência

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa discutiu no dia 17/5 os impactos que a proposta de reforma da Previdência em análise na Câmara (PEC n. 287/16) poderá ter sobre a população idosa.

O Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP) lembra que o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, a queda da mortalidade e das taxas de fecundidade vêm alterando o quadro demográfico do País. “O Estatuto do Idoso considera pessoa idosa aquela a partir de 60 anos de idade”, acrescenta a Deputada Leandre (PV-PR) – REQ 32/17, que juntamente com Gilberto Nascimento – REQ 27/17 propôs a realização desse debate.

Além do envelhecimento da população, Gilberto Nascimento resalta que o Brasil tem “um sistema previdenciário que abarca gastos excessivos e uma cobertura concebida a partir de princípios complexos estabelecidos pela Carta Magna que envolvem: universalidade de atendimento independente de contribuição; uniformidade e equivalência de benefícios às populações urbanas e rurais; irredutibilidade do valor dos benefícios”.

Diante dessa realidade, Gilberto Nascimento afirma que um dos desafios a serem considerados na perspectiva da sustentabilidade do modelo de Previdência Social refere-se ao investimento em educação para a população

idosa. “Essa deve ser uma tarefa do Estado que reverterá em uma terceira idade mais autônoma e com capacidade produtiva”.

Educação na Terceira Idade é tema de audiência pública na Comissão

Por requerimento da Deputada Leandre (PV-PR) – REQ 31/17, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em 24/5, discutiu a importância de oportunidades de aprendizado e acesso à educação para pessoas acima de 60 anos de idade. Um dos temas mais discutidos foi o papel das universidades na inclusão dos idosos.

A professora Rita de Cássia Oliveira falou sobre a Universidade Aberta para a Terceira Idade. Ela explica que essas universidades, conhecidas como UNATIs ou UATIs, são cursos, geralmente atrelados às universidades, na modalidade de educação não formal. Segundo a professora, que é presidente da Associação Brasileira das UNATIs, o objetivo é elevar a autoestima do idoso; resgatar sua cidadania; possibilitar aquisição de

conhecimento; e integrar a participação social e familiar do Idoso.

A Deputada Raquel Muniz (PSD/MG), que também é geriatra, destacou que a educação de idosos é um incentivo à participação política e auxílio para pesquisas que contribuem com a qualidade de vida desta faixa da população. "A Universidade é um palco também para receber esses idosos, não só como extensão, mas como pesquisa também. Os idosos que ali frequentam são de diferentes áreas, têm uma contribuição importante para dar e, mais do que isso, fazem com que a Universidade possa estar debruçando sobre o assunto, porque a gente tem que atuar de maneira multidisciplinar no acolhimento aos idosos".

O Coordenador Geral de Educação de Jovens e Adultos do MEC, Carlos Humberto Spezia, disse que seria interessante que o governo ampliasse parceria com universidades e institutos federais para que houvesse mais experiências como as que foram apresentadas na Audiência.

Para a presidente da Associação Nacional de Gerontologia do Brasil (ANG Brasil), Tereza Lins, é importante deixar claro que se trata de uma educação não formal: "Fazia 2 anos e meio, crentes que estavam tendo uma graduação, e aí foi um problema, os conselhos 'deram' em cima porque estavam vendendo um produto que não era

realidade, então foi uma frustração muito grande. A Universidade Aberta, ela tem o papel dela, que é fundamental, e eu acho que é preciso esclarecer às pessoas qual é o seu papel. Porque, na ausência da educação formal, há uma cobrança de que as UNATIs resolvam esse problema".

A Deputada Creuza Pereira (PSB-PE), que tem 80 anos, destacou que a educação do Idoso vai além da sala de aula e da alfabetização. Para ela, o voltar para os estudos significa também socialização, momentos de lazer, conquistas de amizades, e ânimo para novas etapas.

Agência Câmara Notícias

A situação das Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs no Brasil

A requerimento da Deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) – REQ 43/17, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa reuniu-se em audiência em 25/5 para discutir normas inerentes às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs e a necessidade de recursos para a sua manutenção.

O diretor do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - Conasems, Hisham Amida, lembrou que atualmente 10% da população é composta por pessoas com mais de 60 anos. Para o Conasems é prioritário que os idosos estejam na pauta de discussões sobre saúde em todo o País. "O bem-estar do idoso, ele vai ter através da saúde, da disponibilização de lazer, da integração nos centros de convivência, da vivência

junto à Secretaria de Desenvolvimento Social. É pauta constante do Conselho o fortalecimento e resgate da autoestima e consequentemente a melhora na qualidade de vida dos nossos idosos."

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário existem no País atualmente 1.558 unidades de abrigo de idosos, e deste total 1.394 são instituições não governamentais que recebem auxílio do governo. No entanto, a representante do Ministério, Vera Lúcia Campelo, reconhece que os recursos são insuficientes para garantir um atendimento adequado. "Esse recurso está muito defasado e não tem reajuste desde 2005. A gente entende a necessidade de haver uma expansão e estamos

fazendo um estudo para expandir esse co-financiamento."

A diretora do Asilo Vicentino de Lages, em Santa Catarina, Zilda Furlan, concorda que o principal problema das instituições não governamentais que atendem ao idoso é a falta de recursos. "Realmente falta muito esse suporte do poder público para que as instituições deem uma qualidade de vida melhor aos idosos, que as instituições possam ter esse suporte do poder público para que desenvolvam um bom trabalho."

A Deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) ressaltou que é preciso garantir recursos para que as instituições de longa permanência para idosos possam cumprir todas as determinações legais

previstas no Estatuto do Idoso. "Não é mais uma instituição de depósito de pessoas idosas, muito pelo contrário, é uma residência onde esses idosos permanecem com toda a parte de alimentação, de assistência médica e várias atividades de recreação. A família tem uma grande responsabilidade, hoje a gente aceita com mais facilidade a colocação de um familiar numa instituição de longa permanência, mas não é para colocar nessa instituição e abandoná-lo." Em 2050 haverá no Brasil um idoso para cada criança, e esses dois grupos juntos deverão representar 18% da população, lembra a parlamentar.

Agência Câmara Notícias

ANEXOS

➤ TABELAS

1. Proposições Apreciadas na Comissão

1.1. Proposições Apreciadas na Comissão - Apensadas

2. Outras Saídas

3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão

3.1. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão - Apensadas

4. Requerimentos

5. Resolução nº 15/2016

Tabela 1. Proposições Principais Apreciadas na Comissão

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
1.	PL 5678/2016	Leandre	Cria o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.	Eros Biondini	Pela aprovação, com emendas.	29/3/2017 Aprovado o Parecer.
2.	PL 4562/2016 PL 6125/2016	Francisco Floriano	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para dispor sobre o abandono afetivo do idoso por seus familiares. (Apensado: PL 6.125/2016).	Flavia Morais	Pela aprovação deste, e do PL 6.125/2016, apensado, com Substitutivo.	5/4/2017 Aprovado o parecer.
3.	PL 1386/2015	Sergio Reis	Altera o art. 42 da Lei nº 10.741, de 1997, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, a fim de obrigar as empresas de transporte a manter funcionários treinados para auxiliar o idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo.	Creuza Pereira	Pela aprovação deste e da Emenda de Relator 1 da Comissão de Seguridade Social e Família, com substitutivo.	5/4/2017 Aprovado o Parecer.
4.	PL 1445/2011	Rogério Carvalho	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) e a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que "dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências", para acrescentar novas diretrizes à política nacional do idoso e garantias de prioridades aos idosos.	Cristiane Brasil	Pela aprovação das EMS nºs 1 e 2 do Senado Federal.	3/5/2017 Aprovado o Parecer.

5.	PL 34/2015	Sergio Vidigal	Acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências" para tornar obrigatória a manutenção de exemplar do Estatuto do Idoso nos estabelecimentos bancários, comerciais e de prestação de serviços.	Reginaldo Lopes	Pela aprovação com substitutivo.	3/5/2017 Aprovado o parecer
6.	PL 761/2015	Carlos Henrique Gaguim	Acrescenta o inciso VI, ao § 1º do art. 15º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, para possibilitar convênio entre o Sistema Único de Saúde e entidades privadas que especifica.	Geovania de Sá	Pela aprovação.	3/5/2017 Aprovado o parecer.
7.	PL 4405/2016	Helder Salomão	Inclui parágrafos ao Art. 4º da Lei nº 11.110, de 24 de abril de 2005 - que Institui o Programa nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, para vedar que instituições financeiras utilize o critério etário para negar a contratação de microcrédito produtivo orientado por pessoas idosas.	João Marcelo Souza	Pela aprovação, com substitutivo.	3/5/2017 Aprovado o parecer.
8.	PL 7061/2017	Damião Feliciano	Altera a lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para incluir o direito à mobilidade.	Marco Antônio Cabral	Pela aprovação.	17/5/2017 Aprovado o parecer.
9.	PL 6066/2016	Ricardo Tripoli	Estabelece critério para destinação dos recursos das multas previstas no Estatuto do Idoso e determina a prestação de contas e fiscalização de sua aplicação em políticas públicas de atendimento ao idoso".	Antônio Bulhões	Pela aprovação, com substitutivo.	31/5/2017 Aprovado o parecer.

10.	PL 7350/2017	Lúcio Vale e outros	Tipifica crimes contra a pessoa idosa".	Delegado Waldir	Pela aprovação.	7/6/2017 Aprovado o parecer.
11.	PL 444/2015 PL 658/2015 PL 1082/2015	João Daniel	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre os Serviços de Atenção ao Idoso e de Apoio aos Familiares em Domicílio ou em Centros de Dia e Noite". (Apensados: PL 658/2015 e PL 1082/2015).	Cristiane Brasil	Pela aprovação deste, do PL 658/2015, e do PL 1082/2015, apensados, com substitutivo.	7/6/2017 Aprovado o parecer.
12.	PL 7172/2010 PL 3089/2008 PL 3492/2008 PL 7838/2017 PL 4429/2008 PL 4439/2008 PL 5156/2009 PL 5184/2009 PL 5189/2009 PL 8007/2010 PL 59/2011 PL 497/2011 PL 507/2011 PL 7072/2014 PL 7145/2014 PL 3429/2012 PL 5968/2013 PL 6021/2013 PL 7194/2014 PL 1668/2015 PL 7227/2014 PL 7325/2014 PL 8097/2014 PL 4303/2016 PL 4753/2016 PL 4788/2016 PL 6792/2017 PL 7009/2017 PL 7096/2017 PL 7160/2017 PL 7190/2017 PL 7207/2017 PL 7282/2017	Senador César Borges	Reduz para 60 (sessenta) anos a idade mínima do beneficiário da parcela isenta do imposto de renda incidente sobre rendimentos pagos pela previdência social". (Apensados: PL 3089/2008 (Apensados: PL 3492/2008 (Apensado: PL 7838/2017), PL 4429/2008, PL 4439/2008, PL 5156/2009, PL 5184/2009, PL 5189/2009, PL 8007/2010, PL 59/2011, PL 497/2011, PL 507/2011 (Apensado: PL 7072/2014 (Apensado: PL 7145/2014)), PL 3429/2012, PL 5968/2013, PL 6021/2013, PL 7194/2014 (Apensado: PL 1668/2015), PL 7227/2014, PL 7325/2014, PL 8097/2014, PL 4303/2016, PL 4753/2016, PL 4788/2016, PL 6792/2017, PL 7009/2017, PL 7096/2017, PL 7207/2017, PL 7160/2017, PL 7282/2017, PL 7727/2017 e PL 7788/2017), PL 20/2011 (Apensados: PL 476/2011 (Apensado: PL 492/2011), PL 536/2011 e PL 2212/2011), PL 177/2011 (Apensados: PL 287/2011, PL 423/2011, PL 493/2011 e PL 667/2011), PL 4627/2012 (Apensados: PL 2336/2015 e PL 3960/2015 (Apensado: PL 5874/2016)), PL 5048/2013 e PL 3961/2015).	Angelim	Pela aprovação deste, do PL 3492/2008, do PL 4429/2008, do PL 4439/2008, do PL 5156/2009, do PL 5184/2009, do PL 5189/2009, do PL 8007/2010, do PL 59/2011, do PL 497/2011, do PL 507/2011, do PL 3429/2012, do PL 5968/2013, do PL 6021/2013, do PL 7194/2014, do PL 7227/2014, do PL 7325/2014, do PL 8097/2014, do PL 4303/2016, do PL 4753/2016, do PL 4788/2016, do PL 6792/2017, do PL 7009/2017, do PL 7096/2017, do PL 7160/2017, do PL 7190/2017, do PL 7207/2017, do PL 7282/2017, do PL 7727/2017, do PL 7788/2017, do PL 7838/2017, do PL 3089/2008, do PL 20/2011, do PL 177/2011, do PL 4627/2012, do PL 3961/2015, do PL 476/2011, do PL 536/2011, do PL 2212/2011, do PL 287/2011, do PL 423/2011, do PL 493/2011, do PL 667/2011, do PL 492/2011, do PL 7072/2014, do PL 3960/2015, do PL 7145/2014, do PL 1668/2015, e do PL 5874/2016, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 5048/2013, e do PL 2336/2015, apensados.	5/7/2017 Aprovado o parecer.

	PL 7727/2017 PL 7788/2017 PL 20/2011 PL 476/2011 PL 492/2011 PL 536/2011 PL 2212/2011 PL 177/2011 PL 287/2011 PL 423/2011 PL 493/2011 PL 667/2011 PL 4627/2012 PL 2336/2015 PL 3960/2015 PL 5874/2016 PL 5048/2013 PL 3961/2015					
13.	PL 249/2015 PL 3001/2015	Pompeu de Mattos	Acrescenta o art. 18-A à Lei nº 12.101, de 27 de novembro 2009, para incluir obrigatoriedade de contrato de prestação de serviços entre a pessoa idosa e a entidade filantrópica de longa permanência ou casa-lar, facultando a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade, estabelecendo a forma de participação e atribuindo ao Conselho Municipal do Idoso ou ao Conselho Municipal de Assistência Social a estipulação do valor a ser cobrado.	Flávia Morais	Pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 3001/2015, apensado.	5/7/2017 Aprovado o Parecer, contra os votos do Deputado Antonio Bulhões e do Deputado Marcos Reategui que apresentou voto em separado
14.	PL 227/2015	Rômulo Gouveia	Altera o art. 50 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos assistidos por entidades de atendimento o tratamento por médicos geriatras.	Geraldo Resende	Pela aprovação deste, com substitutivo	12/7/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
15.	PL 1159/2015	Carlos Bezerra	Altera a redação do art. 96 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso	Cristiane Brasil	Pela aprovação	12/7/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer

16.	PL 3145/2015	Vicentinho Júnior	Acrescenta inciso aos artigos 1.962 e 1.963 da Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, de modo a possibilitar a deserção nas hipóteses de abandono	Marcelo Aguiar	Pela aprovação	12/7/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
17.	PL 5806/2016	Valdir Colatto	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, para conceder aos idosos desconto na renovação da Carteira Nacional de Habilitação	Creuza Pereira	Pela aprovação	12/7/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
18.	PL 5986/2016	Marx Beltrão	Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Público fornecer fraldas descartáveis para os idosos e pessoas com deficiência, com comprovada indicação de uso contínuo	Eros Biondini	Pela aprovação, com substitutivo.	12/7/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
19.	PL 4698/2009 PL 6098/2009	Cleber Verde	Acrescenta o termo "e inclusive, também, para a obtenção da aposentadoria por idade" ao final do art. 28 da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998.	Carlos Henrique Gaguim	Pela aprovação deste, com substitutivo, e pela aprovação parcial do PL 6098/2009, apensado.	9/8/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
20.	PL 7664/2010 PL 2599/2011 PL 3480/2012 PL 5287/2013 PL 7193/2014	Ribamar Alves	Altera a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências".	Luiza Ferreira	Pela rejeição deste, e do PL 2599/2011, apensado, e pela aprovação do PL 3480/2012, do PL 5287/2013, do PL 7193/2014, e do PL 6360/2016, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	9/8/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
21.	PL 1313/2011	Ricardo Tripoli	Institui o Programa Cidade Amiga do Idoso	Leandre	Pela aprovação, com substitutivo.	16/8/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
22.	PL 2858/2015 PL 3805/2015	Luiz Lauro Filho	Dispõe sobre a criação do cadastro de profissionais que trabalham ou cuidam de crianças, adolescentes, idosos e deficientes.	Geovania de Sá	Pela aprovação deste, e do PL 3805/2015, apensado, com substitutivo	13/9/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
23.	PL 3575/2015	Pedro Vilela	Tipifica a conduta de estacionar, indevidamente, em vaga destinada a idoso ou a pessoa com deficiência, alterando a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro.	Leandre	Pela aprovação, com substitutivo.	13/9/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
24.	PL 4235/2008	Sandes Junior	Acrescenta § 5º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, para permitir que as entidades de	Eros Biondini	Pela rejeição	13/9/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer

			longa permanência para idosos possam celebrar convênios com o Sistema Único de Saúde.			
25.	PL 7898/2010	Manoel Junior	Acrescenta alínea "h" ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, na declaração do Imposto de Renda, das despesas com medicamentos para uso próprio de aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a sessenta anos	Geraldo Resende	Pela aprovação	4/10/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
26.	PL 7769/2017	Gilberto Nascimento	Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o gerontocídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o gerontocídio no rol dos crimes hediondos.	Marco Antônio Cabral	Pela aprovação, com emenda	4/10/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
27.	PL 412/2015	Rubens Bueno	Acrescenta alínea "h" ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, autorizando que sejam dedutíveis, na declaração do Imposto de Renda, as despesas de aquisição de medicamentos de uso contínuo, para consumo do contribuinte com idade igual ou superior a cinquenta anos.	Gilberto Nascimento	Pela aprovação deste, com substitutivo.	18/10/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
28.	PL 1782/2015	Diego Andrade	Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre as férias anuais das pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade.	Angelim	Pela aprovação	18/10/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
29.	PL 3779/2015	Felipe Bornier	Cria mecanismos para coibir a violência contra idosos	Eros Biondini	Pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família.	18/10/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer

30.	PL 6685/2009	Senadora Lúcia Vânia	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso.	Flávia Morais	Pela aprovação deste, e da Emenda adotada pela Comissão de Seguridade Social e Família.	31/10/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
31.	PL 8028/2017	Renato Molling	Altera dispositivo da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para isentar as pessoas idosas de se submeterem a teste do etilômetro.	Delegado Waldir	Pela rejeição	31/10/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
32.	PL 3891/2012 PL 951/2015	Lelo Coimbra	Dispõe sobre a isenção de foros, laudêmios, taxas, cotas, aluguéis e multas nos terrenos de marinha para maiores de sessenta anos.	Laura Carneiro	Pela aprovação deste, do PL 951/2015, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	8/11/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
33.	PL 6606/2016	Fausto Pinato	Acrescenta o inciso X ao parágrafo único do art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para garantir aos idosos o acesso imediato aos tratamentos disponíveis em caso de diagnóstico de neoplasia maligna.	Geraldo Resende	Pela aprovação	8/11/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
34.	PL 7393/2017	Geovania de Sá	Altera a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e na comercialização no mercado interno de fraldas geriátricas.	Gilberto Nascimento	Pela aprovação	8/11/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer
35.	PL 117/2011 PL 130/2011 PL 289/2011 PL 6166/2013 PL 561/2011 PL 7934/2017 PL 747/2011 PL 911/2011 PL 1389/2011 PL 1629/2011 PL 7608/2014 PL 2238/2011 PL 2543/2011 PL 3035/2011	Hugo Leal	Altera dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para elevar para ½ (meio) salário mínimo per capita para concessão do benefício de prestação continuada e dos benefícios eventuais.	Conceição Sampaio	Pela aprovação deste, do PL 130/2011, do PL 289/2011, do PL 747/2011, do PL 2238/2011, do PL 2543/2011, do PL 3035/2011, do PL 5836/2013, do PL 1132/2015, do PL 2429/2015, do PL 8575/2017, do PL 6166/2013, do PL 1389/2011, do PL 1629/2011, do PL 7608/2014, do PL 6489/2013, do PL 8150/2014, e do PL 7588/2017, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 561/2011, do PL 911/2011, do PL 7934/2017, do PL 2266/2015, e do PL 3888/2015, apensados.	29/11/2017 Aprovado por Unanimidade o Parecer

	PL 5836/2013 PL 6489/2013 PL 8150/2014 PL 2266/2015 PL 3888/2015 PL 7588/2017 PL 1132/2015 PL 2429/2015 PL 8575/2017					
36.	PL 328/2011 PL 823/2011 PL 540/2015 PL 6216/2013 PL 6872/2013	Hugo Leal	Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de fraldas descartáveis aos portadores de necessidade especial e idosos.	Marco Antonio Cabral	Pela aprovação deste, do PL 823/2011, do PL 6216/2013, do PL 6872/2013, e do PL 540/2015, apensados, com substitutivo.	29/11/2017 Aprovado por unanimidade o Parecer
37.	PL 1183/2011 PL 3621/2012 PL 5200/2013	Stefano Aguiar	Acrescenta o § 5º ao art. 69 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para vedar o comparecimento do aposentado e pensionista do Regime Geral de Previdência Social para fins de recadastramento e recenseamento previdenciário	Roberto de Lucena	Pela aprovação deste, do PL 3621/2012, e do PL 5200/2013, apensados, com substitutivo.	29/11/2017 Aprovado por unanimidade o Parecer
38.	PL 5854/2013 PL 3479/2008 PL 3590/2008 PL 3689/2008 PL 5138/2009 PL 272/2011 PL 5195/2013 PL 1542/2015 PL 1774/2015 PL 5038/2009 PL 5291/2009 PL 6305/2009 PL 7683/2010 PL 7684/2010 PL 1316/2011 PL 1401/2011 PL 2802/2011 PL 3478/2012 PL 3859/2012 PL 4208/2012 PL 4351/2012	Paulo Paim Senado Federal	Acrescenta alínea ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir aos aposentados de baixa renda a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.	Marco Antonio Cabral	Pela aprovação deste, do PL 3590/2008, do PL 5038/2009, do PL 7606/2010, do PL 312/2011, do PL 2118/2011, do PL 3261/2012, do PL 4595/2016, do PL 3689/2008, do PL 5138/2009, do PL 5291/2009, do PL 6305/2009, do PL 7683/2010, do PL 7684/2010, do PL 1316/2011, do PL 1401/2011, do PL 2802/2011, do PL 3478/2012, do PL 3859/2012, do PL 4208/2012, do PL 4351/2012, do PL 4448/2012, do PL 4563/2012, do PL 4856/2012, do PL 6270/2013, do PL 7249/2014, do PL 7714/2014, do PL 603/2015, do PL 2051/2015, do PL 272/2011, do PL 4609/2016, do PL 5953/2016, do PL 7368/2017, do PL 6482/2013, do PL 1542/2015, do PL 1774/2015, do PL	29/11/2017 Aprovado por unanimidade o Parecer

	<p>PL 4448/2012 PL 6482/2013 PL 4563/2012 PL 4856/2012 PL 6270/2013 PL 7767/2014 PL 946/2015 PL 3977/2015 PL 8902/2017 PL 7249/2014 PL 7714/2014 PL 603/2015 PL 949/2015 PL 2051/2015 PL 6513/2016 PL 7606/2010 PL 312/2011 PL 2118/2011 PL 4403/2012 PL 7368/2017 PL 4609/2016 PL 5953/2016 PL 3261/2012 PL 4595/2016 PL 100/2015 PL 2587/2015 PL 2654/2015 PL 8158/2017 PL 847/2015 PL 3735/2015 PL 7442/2017 PL 1915/2015 PL 2022/2015 PL 2064/2015 PL 5196/2016 PL 5448/2016 PL 5968/2016 PL 6873/2017 PL 7326/2017 PL 7897/2017</p>				<p>3479/2008, do PL 100/2015, do PL 847/2015, do PL 2064/2015, do PL 5196/2016, do PL 5448/2016, do PL 5968/2016, do PL 6873/2017, do PL 7326/2017, do PL 7897/2017, do PL 7767/2014, do PL 946/2015, do PL 3977/2015, do PL 8902/2017, do PL 2587/2015, do PL 2654/2015, do PL 8158/2017, do PL 949/2015, do PL 3735/2015, e do PL 7442/2017, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 5195/2013, do PL 6513/2016, do PL 4403/2012, do PL 1915/2015, e do PL 2022/2015, apensados.</p>	
39.	PL 8584/2017	André Amaral	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, e a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe	Angelim	Pela aprovação	29/11/2017 Aprovado por unanimidade o Parecer

			sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.			
40.	PL 7708/2017	Arthur Virgílio Bisneto	Institui o Programa de Atendimento Especializado do Idoso nos hospitais e unidades de pronto atendimento.	Leandre	Pela aprovação, com substituição	14/12/2017 Aprovado por unanimidade o Parecer
41.	PL 8355/2017	Heuler Cruvinel	Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em Crimes contra os Idosos - DECI, nos municípios com mais de cem mil habitantes, e demais providencias como dispõe.	Leandre	Pela aprovação	14/12/2017 Aprovado por unanimidade o Parecer
42.	PL 9038/2017	Pompeu de Mattos	Fica criado o Título de "Cidade Amiga do Idoso", a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visam assegurar um tratamento mais digno as pessoas idosas.	Gilberto Nascimento	Pela aprovação	14/12/2017 Aprovado por unanimidade o Parecer

Tabela 2. Proposições Apreciadas na Comissão – Apensadas

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	Proposições Principais
1.	PL 6125/2016	Vicentinho Júnior	Dispõe sobre o abandono afetivo de idosos. Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 10.741, de 2003.	Apensado ao PL 4562/2016, aprovado na CIDOSO em 5/4/2017.
2.	PL 658/2015	Jorge Solla	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre os Serviços de Atenção ao Idoso e de Apoio aos Familiares em Domicílio ou em Centros de Dia e Noite	Apensado ao PL 444/2015; Aprovado na CIDOSO em 7/6/2017
3.	PL 1082/2015	Alan Rick	Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para instituir serviços de atendimento em domicílio à pessoa idosa.	Apensado ao PL 444/2015; Aprovado na CIDOSO em 7/6/2017
4.	PL 3089/2008	Luciana Genro	Altera os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, modificando a tabela do imposto de renda da pessoa física.	Apensado ao PL 7172/2010
5.	PL 3492/2008	Jô Moraes e outros	Altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 8.849, de 28 de janeiro de 1994, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995 e a 11.482, de 31 de maio de 2007, modificando disposições relativas ao imposto de renda da pessoa física e da pessoa jurídica. Explicação da Ementa: Amplia para 5 (cinco) as alíquotas da tabela progressiva de imposto de renda e obriga o reajuste dos seus valores a cada dois anos, utilizando o IPCA; estende o reajuste periódico também aos valores de deduções e outros limites autorizados por lei.	Apensado ao PL3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010, aprovado na CIDOSO em 5/7/2017.
6.	PL 7838/2017	Pompeu de Mattos	Inclui índices de reajuste e altera as alíquotas expressas na tabela do imposto de renda de pessoas físicas.	Apensado ao PL 3492/2008, que está apensado ao PL PL3089/2008, apensado ao PL 7172/2010, aprovado na CIDOSO em 5/7/2017.
7.	PL 4429/2008	Carlos Zarattini	Altera a tabela de incidência do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. Explicação: Altera a tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física, aumentando o valor dos rendimentos isentos e criando uma nova faixa de tributação, com alíquota de 21(vinte e um) por cento sobre os rendimentos; aumenta a alíquota do imposto de renda na fonte para 17 (dezesete) por	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010, aprovado na CIDOSO em 5/7/2017.

			cento, incidente sobre o pagamento dos juros sobre o capital próprio. Altera as Leis nºs 7.713, de 1988; 9.250, de 1995; 9.249, de 1995; e 11.482, de 2007.	
8.	PL 4439/2008	José Chaves	Altera a tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física. Explicação: Altera as Leis nºs 7.713, de 1988, 9.250, de 1995, Legislação Tributária Federal, fixando o limite de isenção do imposto de renda em R\$ 1.800 (um mil e oitocentos reais), reescalona as faixas de rendimento e estabelece alíquotas entre 15% e 35%.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010, aprovado na CIDOSO em 5/7/2017.
9.	PL 5156/2009	Dr. Ubiali	Altera a tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física. Explicação: Amplia as faixas de rendimento para incidência do imposto de renda; aumenta a última alíquota de 27,5% para 30 % e limita em um mil e oitocentos reais o valor para isenção dos rendimentos de aposentadoria e pensão do contribuinte maior de 65 anos. Altera as Leis nºs 7.713, de 1988 e 9.250, de 1995.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010, aprovado na CIDOSO em 5/7/2017.
10.	PL 5184/2009	Vinicius Carvalho	Altera a tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física e amplia o limite de dedução das despesas com instrução. Explicação: Amplia as faixas de rendimento para incidência do imposto de renda; aumenta a última alíquota de 27,5% para 30 % e limita em um mil e quinhentos reais o valor para isenção dos rendimentos de aposentadoria e pensão do contribuinte maior de 65 anos. Cria três limites para a dedução das despesas com educação. Altera as Leis nºs 7.713, de 1988 e 9.250, de 1995.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010. , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
11.	PL 5189/2009	Vicentinho	Altera a tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física. Explicação: Fixa o valor da última faixa de rendimento para incidência do imposto de renda em seis mil e quinhentos reais (R\$ 6.500,00) e limita em um mil e quinhentos reais o valor para isenção dos rendimentos de aposentadoria e pensão do contribuinte maior de 65 anos. Altera as Leis nºs 7.713, de 1988 e 9.250, de 1995.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010.; aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
12.	PL 8007/2010	Carlos Zarattini	Modifica a legislação tributária, para alterar a tabela do imposto de renda das pessoas físicas, e dá outras providências. Explicação: A partir do ano-calendário de 2011.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
13.	PL 59/2011	Rubens Bueno	Efetua alterações nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para fixar a tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas para o ano-calendário de 2011 e seguintes e dá outras providências.	Apensado ao PL 3089/08, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
14.	PL 497/2011	Duarte Nogueira	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 e dá outras providências.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL

				7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
15.	PL 507/2011	Rodrigo Garcia	Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para estabelecer reajuste anual da tabela do imposto de renda da pessoa física.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
16.	PL 7072/2014	Márcio França	Acrescenta dispositivo ao art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para incluir inciso IX, para recuperar a defasagem sofrida pela tabela de imposto de renda das pessoas físicas, a partir do ano-calendário de 2015.	Apensado ao PL 507/2011, que está apensado ao PL PL3089/2008, apensado ao PL 7172/2010, aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
17.	PL 7145/2014	Antonio Imbassahy	Altera os valores constantes das tabelas progressivas, mensal e anual do Imposto de Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Apensado ao PL 7072/2014, que está apensado ao PL 507/2011, apensado ao PL PL3089/2008, este apensado ao PL 7172/2010, aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
18.	PL 3429/2012	Erika Kokay	Estabelece o reajuste periódico da tabela progressiva do imposto de renda das pessoas físicas e das deduções legais. Explicação: Estabelece reajuste anual, em 1º de janeiro, pelo IPCA.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
19.	PL 5968/2013	Onofre Santo Agostini	Altera os valores constantes da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007; 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
20.	PL 6021/2013	Augusto Carvalho	Estabelece o reajuste periódico da tabela progressiva do imposto de renda das pessoas físicas e das deduções legais. Explicação: Estabelece reajuste anual, pelo IPCA.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
21.	PL 7194/2014	Andre Moura	Dispõe sobre o reajuste periódico da tabela progressiva do imposto de renda das pessoas físicas com base no reajuste do salário mínimo.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL

				7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
22.	PL 1668/2015	Heráclito Fortes	Altera a legislação do imposto de renda de pessoas físicas, para indexar a sua tabela mensal ao valor do salário mínimo.	Apensado ao PL 7194/2014, que está apensado ao PL 3089/2008, apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
23.	PL 7227/2014	Vaz de Lima	Altera o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para corrigir a Tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e as deduções legais, de acordo com o IPCA amplo projetado para o ano de 2014, a partir do ano-calendário de 2015, e dá outras providências.	Apensado ao PL 3089/08, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
24.	PL 7325/2014	Mendonça Filho	Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 e nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Explicação: Altera a Lei nº 12.469, de 2011.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
25.	PL 8097/2014	Mendonça Filho	Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e as Leis n. 7.713, de 22 de dezembro de 1988 e n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
26.	PL 4303/2016	Luiz Carlos Hauly	Altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e dá outras providências	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
27.	PL 4753/2016	Cabo Sabino	Altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Explicação: Propõe a correção da Tabela do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas e dos limites das deduções utilizadas para apuração do imposto.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
28.	PL 4788/2016	Moses Rodrigues	Atualiza monetariamente os valores da base de cálculo da tabela progressiva mensal e de parâmetros do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, previstos nas Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007, n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Apensado ao PL 3089/2008, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017

29.	PL 6792/2017	Flavinho	Reajusta os valores da tabela progressiva mensal, aposentadoria, reserva remunerada e reforma de maiores de 65 anos, das deduções por dependente e com despesas com instrução, e do valor máximo do desconto simplificado do imposto sobre a renda da pessoa física, e cria mecanismo de correção automática anual desses valores com base no IPCA.	Apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
30.	PL 7009/2017	Dagoberto Nogueira	Trata da correção automática dos valores da tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, bem como das deduções.	Apensado ao PL 3089/2008 que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
31.	PL 7096/2017	Áureo	Altera as Leis nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 e nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para atualizar a Tabela Progressiva Mensal do imposto sobre a renda da pessoa física e as parcelas dedutíveis deste, e instituir mecanismo permanente para esta atualização.	Apensado ao PL 3089/2008 que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
32.	PL 7160/2017	Soraya Santos	Modifica a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para atualizar o valor das faixas de incidência da tabela progressiva mensal, da parcela isenta de pensão, aposentadoria, reserva remunerada e reforma de maiores de 65 anos, das deduções por dependente e com despesas com instrução, e do valor máximo do desconto simplificado do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e dá outras providências.	Apensado ao PL 3089/2008 que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
33.	PL 7190/2017	Weverton Rocha	Modifica a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para atualizar o valor das faixas da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física, das deduções por dependente e com despesas relativas a ensino, do valor máximo do desconto simplificado, da parcela isenta de aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma pagos pela Previdência Social de maiores de 65 anos, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.	Apensado ao PL 3089/2008 que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
34.	PL 7207/2017	Betinho Gomes	Modifica a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para atualizar o valor das faixas de incidência da tabela progressiva mensal, da parcela isenta de pensão, aposentadoria, reserva remunerada e reforma de maiores de 65 anos, das deduções por dependente e com despesas com instrução, e do valor máximo do desconto simplificado do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e dá outras providências.	Apensado ao PL 3089/2008 que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
35.	PL 7282/2017	Adérmis Marini	Altera a legislação tributária federal, para atualizar os valores expressos em reais na tabela do imposto de renda das pessoas físicas e as deduções legais. Explicação da Ementa: Altera as Leis nº 11.482, de 2007; 7.713, de 1988 e 9.250, de 1995.	Apensado ao PL 3089/2008 que está apensado ao PL

				7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
36.	PL 7727/2017	Mauro Mariani	Altera a legislação tributária federal, para atualizar os valores expressos em reais na tabela do imposto de renda das pessoas físicas, as deduções legais e o custo de aquisição dos bens imóveis. Explicação da Ementa: Altera as Leis nº 11.482, de 2007; 7.713, de 1988 e 9.250, de 1995.	Apensado ao PL 3089/2008 que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
37.	PL 7788/2017	Fausto Pinato	Altera a legislação tributária para estabelecer a atualização monetária da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 7.713, de 1988; 9.250, de 1995 e 11.482, de 2007.	Apensado ao PL 3089/2008 que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
38.	PL 20/2011	Milton Monti	Modifica a legislação tributária, para alterar a tabela progressiva do imposto de renda das pessoas físicas e os limites de deduções.	Apensado ao PL 7172/2010; aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
39.	PL 476/2011	Assis Melo	Altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007; nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; reajustando as faixas de renda do imposto de renda e os valores das deduções.	Apensado ao PL 20/2011, que está apensado ao PL 7172/2010/ ; aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
40.	PL 492/2011	Chico Lopes	Altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007; nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; reajustando as faixas de renda do imposto de renda e os valores das deduções.	Apensado ao PL 476/2011, apensado ao PL 20/2011, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
41.	PL 536/2011	Jô Mores	Altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007; nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; reajustando as faixas de renda do imposto de renda e os valores das deduções.	Apensado ao PL 20/2011, que está apensado ao PL 7172/2010, aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
42.	PL 2212/2011	Assis Carvalho	Altera os valores da tabela do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física de que trata a Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011.	Apensado ao PL 20/2011, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
43.	PL 177/2011	Pauderney Avelino	Dispõe sobre a Tabela Progressiva para o cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física.	Apensado ao PL 7172/2010; aprovado na CIDOSO em 5/7/2017

44.	PL 287/2011	Ricardo Berzoini	Modifica a legislação tributária, para atualizar os valores da legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.	Apensado ao PL 177/2011, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
45.	PL 423/2011	Anthony Garotinho	Estabelece as diretrizes para a política de reajuste anual da tabela progressiva do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e os limites de deduções.	Apensado ao PL 177/2011, que está apensado ao PL 7172/2010; aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
46.	PL 493/2011	Reguffe	Efetua alterações no art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para corrigir anualmente a base de cálculo da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física, pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - mais o acréscimo de 1% (um por cento), a partir do ano-calendário de 2011.	Apensado ao PL 177/2011, que está apensado ao PL 7172/2010; aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
47.	PL 667/2011	Policarpo	Altera a Legislação Tributária Federal para instituir mecanismo de correção anual da tabela progressiva mensal que incide sobre o cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Apensado ao PL 177/2011, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
48.	PL 4627/2012	Andreia Zito	Altera o inciso XV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e dá outras providências. Explicação: Garante ao idoso que o início do benefício seja no mês do seu aniversário de sessenta anos.	Apensado ao PL 7172/2010; aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
49.	PL 2336/2015	Veneziano Vital do Rêgo	Concede isenção do Imposto de Renda sobre rendimentos e proventos de trabalho para pessoas maiores de sessenta anos	Apensado ao PL 4627/2012, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
50.	PL 3960/2015	Cleber Verde	Alterar o Inciso XV do Art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências	Apensado ao PL 4627/2012, que está apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
51.	PL 5874/2016	Leandre	Altera a legislação tributária, para isentar do imposto de renda rendimentos de aposentadoria, pensão, reserva remunerada ou reforma pagos a contribuinte acima de sessenta anos de idade.	Apensado ao PL 3960/2015, que está apensado ao PL 4627/2012, este apensado ao PL 7172/2010; , aprovado na CIDOSO em 5/7/2017

52.	PL 5048/2013	Junji Abe	Dispensa as pessoas a que se refere da entrega de declaração de ajuste anual do imposto de renda.	Apensado ao PL 7172/2010; aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
53.	PL 3961/2015	Cleber Verde	Alterar o Inciso VI do Art.4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda, e dá outras providências.	Apensado ao PL 7172/2010; aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
54.	PL 3001/2015	Vinicius Carvalho	Altera o §2º do art. 35 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para alterar a forma de participação prevista, no caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar.	Apensado ao PL 249/2015; aprovado na CIDOSO em 5/7/2017
55.	PL 6098/2009	Cleber Verde	Acrescenta o termo "e inclusive, também, para a obtenção da aposentadoria por idade" ao final do art. 28 da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998.	Apensado ao PL 4698/2009; aprovado na CIDOSO em 9/8/2017
56.	PL 2599/2011	Alfredo Kaefer	Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, que "Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995", estabelecendo limite isolado para dedução do imposto de renda referente às doações feitas pelas pessoas jurídicas aos Fundos do Idoso.	Apensado ao PL 7664/2010; aprovado na CIDOSO em 9/8/2017
57.	PL 3480/2012	Flávia Morais	Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, modificando as regras para a dedução do imposto de renda das doações feitas por pessoas físicas e jurídicas aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais do Idoso.	Apensado ao PL 2599/2011, que está apensado ao PL 7664/2010; aprovado na CIDOSO em 9/8/2017
58.	PL 5287/2013	João Dado	Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para permitir a dedução do imposto de renda das contribuições realizadas aos Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso até a data da entrega da declaração de rendimentos do respectivo exercício.	Apensado ao PL 3480/2012, apensado ao PL 2599/2012, que está apensado ao PL 7664/2010; aprovado na CIDOSO em 9/8/2017
59.	PL 7193/2014	Beto Albuquerque	Inclui artigo na Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, possibilitando às pessoas físicas efetuarem doações ao Fundo do Idoso diretamente na Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda.	Apensado ao PL 3480/2012, apensado ao PL 2599/2012, que está apensado ao PL 7664/2010; aprovado na CIDOSO em 9/8/2017

60.	PL 3805/2015	Mara Gabrilli	Dispõe sobre a criação de cadastro de voluntários para oferta de serviços e apoios às pessoas com perda de autonomia funcional ou em situação de dependência para o exercício de atividades básicas ou instrumentais da vida diária e aos seus cuidadores não remunerados ou atendentes pessoais não remunerados.	Apensado ao PL 2858/2015; aprovado na CIDOSO em 13/9/2017
61.	PL 951/2015	Fábio Mitidieri	Extingue a cobrança de foro e laudêmio sobre terrenos de marinha.	Apensado ao PL 3891/2012; aprovado na CIDOSO em 8/11/2017
62.	PL 130/2011	Antonio Bulhões	Altera a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para que famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a meio salário mínimo possam fazer jus ao Benefício de Prestação Continuada e Benefícios Eventuais.	Apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
63.	PL 289/2011	Cesar Colnago	Altera a redação dos arts. 20 e 22 da LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742, de 1993), para ampliar de 1/4 para 1 salário mínimo a renda per capita das famílias que requisitem o BPC - Benefício de Prestação Continuada para idoso ou pessoa com deficiência	Apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
64.	PL 6166/2013	Sandra Rosado	Altera a redação do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a fim de elevar para um salário mínimo mensal per capita o limite de renda adotado na concessão do benefício de prestação continuada da Assistência Social.	Apensado ao PL 289/2011, que está apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
65.	PL 561/2011	Lindomar Garçon	Atribuir responsabilidade à União pelo pagamento do auxílio-funeral a famílias carentes.	Apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
66.	PL 7934/2017	Aluisio Mendes	Dispõe sobre benefício eventual, para auxiliar o transporte de pessoa de baixa renda que pretenda comparecer a sepultamento de parente em primeiro grau, em outro Estado ou Município.	Apensado ao PL 561/2011, que está apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
67.	PL 747/2011	José Chaves	Dá nova redação ao § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.	Apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
68.	PL 911/2011	Cleber Verde	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e o art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para permitir que os idosos e pessoas com deficiências percebam o benefício de prestação continuada de caráter assistencial independentemente do valor da renda familiar per capita, desde que não percebam aposentadoria de qualquer regime previdenciário, permitida a acumulação com pensão por morte.	Apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
69.	PL 1389/2011	Pauderney Avelino	Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	Apensado ao PL 747/2011, que está apensado ao PL

				117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
70.	PL 1629/2011	Flávia Morais	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que "Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências".	Apensado ao PL 747/2011, que está apensado ao PL 117/2011
71.	PL 7608/2014	Waldir Maranhão	Altera o "caput" do art. 20 da Lei nº 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e o "caput" do art. 34 da Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, de modo a permitir o benefício assistencial de prestação continuada, no valor de um salário mínimo, seja concedido aos idosos a partir de 60 (sessenta) anos.	Apensado ao PL 1629/2011, apensado ao PL 747/2011, que está apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
72.	PL 2238/2011	Jesus Rodrigues	Dá nova redação a dispositivo da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
73.	PL 2543/2011	Erika Kokay	Altera dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para elevar para ½ (meio) salário mínimo per capita para concessão do benefício de prestação continuada e dos benefícios eventuais e garantias para as pessoas que retornarem ao mercado de trabalho.	Apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
74.	PL 3035/2011	Aguinaldo Ribeiro	Altera a Lei nº 8.742, de 1993. Modifica o valor da renda mensal per capita para que uma família seja considerada incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa.	Apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
75.	PL 5836/2013	Mara Gabrilli	Modifica o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para alterar o limite de renda familiar per capita para recebimento do Benefício de Prestação Continuada - BPC; insere §§ 11 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a exclusão de qualquer benefício assistencial do cálculo da renda familiar per capita mensal.	Apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
76.	PL 6489/2013	Dr. Jorge Silva	Acrescenta o § 11 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.	Apensado ao PL 5836/2013, que está apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
77.	PL 8150/2014	Flávia Morais	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, e o art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para dispor sobre critério de cálculo de renda familiar per capita, utilizado na concessão do benefício de prestação continuada da assistência social.	Apensado ao PL 5836/2013, que está apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
78.	PL 2266/2015	Otávio Leite	Altera a Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	Apensado ao PL 5836/2013, que está apensado ao PL

				117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
79.	PL 3888/2015	Zenaide Maia	Altera o art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 para excluir, do cálculo de renda familiar mensal, o benefício concedido nos termos do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.	Apensado ao PL 5836/2013, que está apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
80.	PL 7588/2017	Diego Garcia	Altera a redação do § 9º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o direito ao Benefício de Prestação Continuada - BPC à pessoa com deficiência, mesmo que a renda do grupo familiar a que pertence esteja acima do limite da renda familiar per capita mensal prevista.	Apensado ao PL 5836/2013, que está apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
81.	PL 1132/2015	Ricardo Izar	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.	Apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
82.	PL 2429/2015	Marcelo Belinati	Dá nova redação ao parágrafo terceiro do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que instituiu a Lei Orgânica da Assistência Social.	Apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
83.	PL 8575/2017	Eduardo Barbosa	Modifica o § 1º do art. 20 e insere § 5º ao art. 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, e dá outras providências, para alterar o conceito de família e tornar de acesso público os dados relativos aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada.	Apensado ao PL 117/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
84.	PL 3621/2012	Mário de Oliveira	Acrescenta o § 5º ao art. 69 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências", para vedar a exigência de comparecimento do aposentado ou pensionista do Regime Geral de Previdência Social para fins de recadastramento e recenseamento previdenciário.	Apensado ao PL 1183/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
85.	PL 5200/2013	Roberto Britto	Dispõe sobre o recadastramento dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Previdência Social - INSS e dá outras providências.	Apensado ao PL 1183/2011; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
86.	PL 3479/2008	Iran Barbosa	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com aparelhos de audição entre as deduções permitidas para efeito da apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.	Apensado ao PL 5854/2013
87.	PL 3590/2008	Edmilson Valentim	Inclui os gastos com profissionais da enfermagem no rol de despesas médicas dedutíveis do imposto de renda da pessoa física.	Apensado ao PL 3479/2008, que está apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017

88.	PL 3689/2008	Mendonça Prado	Dispõe sobre o aumento da cota de desconto com despesas médicas àqueles acometidos por doenças crônicas.	Apensado ao PL 3590/2008, apensado ao PL 3479/2008, que está apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
89.	PL 5138/2009	Júlio Delgado	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com profissionais de enfermagem nas deduções permitidas para efeito da apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.	Apensado ao PL 3590/2008, apensado ao PL 3479/2008, que está apensado ao PL 5854/2013;; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
90.	PL 272/2011	Assis Melo	Inclui os gastos com profissionais da enfermagem entre as despesas médicas dedutíveis do imposto de renda da pessoa física.	Apensado ao PL 5138/2009, apensado ao PL 3590/2008, que está apensado ao PL 3479/2008, este apensado ao PL 5854/2013 ; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
91.	PL 5195/2013	Assis Melo	Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.	Apensado ao PL 3590/2008, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
92.	PL 1542/2015	Felipe Bornier	Dá nova redação ao art. 8º da Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências". Inclui despesas com nutricionistas entre as deduções permitidas	Apensado ao PL 5195/2013, apensado ao PL 3590/2008, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
93.	PL 1774/2015	Baleia Rossi	Altera a Lei no 9.250, de 26 de dezembro de 1.995, para permitir a dedução das despesas com profissionais de educação física e nutricionistas no cálculo do imposto de renda.	Apensado ao PL 5195/2013, apensado ao PL 3590/2008, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017

94.	PL 5038/2009	Jefferson Campos	Prevê a dedução de medicamentos e lentes corretivas da visão na apuração do Imposto de Renda anual das pessoas físicas, nas condições que estabelece.	Apensado ao PL 3479/2008, que está apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
95.	PL 5291/2009	Antônio Roberto	Dá nova redação à alínea "a" do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
96.	PL 6305/2009	Andreia Zito	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para acrescentar o inciso VIII no art. 12.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
97.	PL 7683/2010	Jofran Frejat	Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas com o objetivo de permitir a dedução de despesas com medicamentos de uso continuado.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
98.	PL 7684/2010	Jofran Frejat	Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas com o objetivo de permitir a dedução de despesas com lentes oculares corretivas.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
99.	PL 1316/2011	Fábio Souto	Permite a dedução dos gastos com medicamentos de uso continuado na apuração do Imposto de Renda das pessoas físicas.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
100.	PL 1401/2011	Wellington Fagundes	Permite à pessoa física deduzir da base de cálculo do imposto de renda as despesas com aquisição de medicamentos controlados, dando nova redação à alínea "a" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e ao inciso V do § 2º do mesmo artigo.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017

101.	PL 2802/2011	Rosinha da Adefal	Dispõe sobre a dedutibilidade de lentes corretivas da visão na apuração anual do Imposto de Renda das pessoas físicas, na forma que estabelece.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
102.	PL 3478/2012	Nelson Padovani	Estabelece a dedução das despesas com medicamentos de uso contínuo da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
103.	PL 3859/2012	Gilmar Machado	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir os pagamentos efetuados a enfermeiros e as despesas com lentes oculares corretivas e medicamentos de uso contínuo nas deduções permitidas para efeito da apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
104.	PL 4208/2012	Eliene Lima	Concede dedução limitada dos gastos com medicamentos na apuração do Imposto de Renda das pessoas físicas, nas condições que fixa.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
105.	PL 4351/2012	Professor Victório Galli	Deduz os gastos com medicamentos na apuração do Imposto de Renda das pessoas físicas, na forma que determina.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
106.	PL 4448/2012	Anderson Ferreira	Concede dedução dos gastos com medicamentos de uso continuado na apuração do Imposto de Renda de aposentados e pensionistas, nas condições que determina.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
107.	PL 6482/2013	Francisco Tenório	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir aos aposentados, pensionistas, militares da reserva ou reformados, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.	Apensado ao PL 4448/2012, apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017

108.	PL 4563/2012	Henrique Afonso	Deduz o valor dos gastos com medicamentos na apuração do Imposto de Renda das pessoas físicas, na forma que estabelece	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
109.	PL 4856/2012	Sandra Rosado	Altera o disposto no art. 8º, II, a e § 2º, III, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedutibilidade, para efeito da formação da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de despesas com medicamentos.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
110.	PL 6270/2013	Ronaldo Benedet	Altera o disposto no art. 8º, II, a e § 2º, III, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedutibilidade, para efeito da formação da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de despesas com medicamentos de uso contínuo.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
111.	PL 7767/2014	Márcio Marinho	Altera o disposto no art. 8º, II, a e § 2º, III, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedutibilidade, para efeito da formação da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de despesas com medicamentos de uso contínuo.	Apensado ao PL 6270/2013, apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
112.	PL 946/2015	Eros Biondini	Permite a dedução dos gastos com medicamentos na apuração do Imposto de Renda das pessoas físicas, nas condições que determina	Apensado ao PL 6270/2013, apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
113.	PL 3977/2015	Marx Beltrão	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com aquisição de medicamentos de uso contínuo nas hipóteses de dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Apensado ao PL 6270/2013, apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.

114.	PL 8902/2017	Roberto Sales	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das despesas com aquisição de medicamentos de uso contínuo da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Apensado ao PL 6270/2013, apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
115.	PL 7249/2014	Laercio Oliveira	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
116.	PL 7714/2014	Ronaldo Fonseca	Acrescenta a alínea "j" ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, que trata sobre a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
117.	PL 603/2015	Marcelo Matos	Concede a dedução dos gastos com medicamentos na apuração do Imposto de Renda das pessoas físicas, como determina.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
118.	PL 949/2015	Fábio Mitidieri	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com medicamentos.	Apensado ao PL 603/2015, apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
119.	PL 2051/2015	Shéridan	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
120.	PL 6513/2016	Rogério Peninha Mendonça	Institui incentivo fiscal para doações destinadas a pagamento de despesas com tratamento de saúde e aquisição de medicamentos não oferecidos pelo Sistema Único de Saúde.	Apensado ao PL 5038/2009, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL

				5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017.
121.	PL 7606/2010	Duarte Nogueira	Permite a dedução de gastos com aparelhos e próteses auditivas na apuração do Imposto de Renda das pessoas físicas.	Apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
122.	PL 312/2011	Sandes Júnior	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com aparelhos de audição entre as deduções permitidas para efeito da apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.	Apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
123.	PL 2118/2011	Dr. Grilo	Dá nova redação à alínea a do inciso II e ao inciso V do § 2º do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências".	Apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
124.	PL 4403/2012	Onofre Santo Agostini	Altera a alínea "a" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências".	Apensado ao PL 2118/2011, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
125.	PL 7368/2017	Adail Carneiro	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências", para incluir as despesas com vacinas entre aquelas dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda.	Apensado ao PL 4403/2012, apensado ao PL 2118/2011, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
126.	PL 4609/2016	Nelson Marchezan Junior	Dispõe sobre a dedução de óculos de grau e lentes de contato corretivas, medicamentos e vacinas não oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, bem como exame laboratorial de reconhecimento de paternidade.	Apensado ao PL 2118/2011, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
127.	PL 5953/2016	Ronaldo Carletto	Estabelece a dedução das despesas com óculos e lentes corretivas da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Apensado ao PL 2118/2011, que está apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL

				5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
128.	PL 3261/2012	Policarpo	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução do valor das despesas com aparelho e prótese auditiva da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física.	Apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
129.	PL 4595/2016	Sóstenes Cavalcante	Estabelece a dedução das despesas com aparelhos auditivos, implantes cocleares e suas baterias da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Apensado ao PL 3479/2008, apensado ao PL 5854/2013; aprovado na CIDOSO em 29/11/2017
130.	PL 100/2015	Alceu Moreira	Acrescenta alínea "h" ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, autorizando que sejam dedutíveis, na declaração do Imposto de Renda, as despesas de aquisição de medicamentos de uso contínuo, para consumo do contribuinte ou dependente portador de moléstia grave ou incurável.	Apensado ao PL 5854/2013
131.	PL 2587/2015	Gorete Pereira	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, na declaração do Imposto de Renda, das despesas com medicamentos.	Apensado ao PL 100/2015, que está apensado ao PL 5854/2013
132.	PL 2654/2015	Diego Garcia	Altera o inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com aquisição de medicamentos para tratamento de doenças raras nas hipóteses de dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Apensado ao PL 100/2015, que está apensado ao PL 5854/2013
133.	PL 8158/2017	Heuler Cruvinel	Dispõe sobre inclusão dos gastos com equipamentos e medicamentos entre os abatimentos do imposto de renda da pessoa física e da outras providências.	Apensado ao PL 100/2015, que está apensado ao PL 5854/2013
134.	PL 847/2015	Eduardo Barbosa	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Apensado ao PL 5854/2013
135.	PL 3735/2015	Ronaldo Carletto	Altera a alínea "a" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir os pagamentos efetuados a cuidadores de idosos entre as deduções permitidas, para efeito da apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.	Apensado ao PL 847/2015, que está apensado ao PL 5854/2013
136.	PL 7442/2017	Leonardo Quintão	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências", para incluir as despesas com casa de repouso e com cuidadores de idosos entre aquelas dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda	Apensado ao PL 847/2015, que está apensado ao PL 5854/2013
137.	PL 1915/2015	Carlos Bezerra	Dá nova redação ao art. 8º da Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências".	Apensado ao PL 5854/2013

138.	PL 2022/2015	José Stédile	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências", para incluir as despesas com o armazenamento do sangue do cordão umbilical entre aqueles dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda.	Apensado ao PL 1915/2015, que está apensado ao PL 5854/2013
139.	PL 2064/2015	Carlos Manato	Altera a alínea "a" do inciso II do art. 8º da Lei n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "Altera a legislação do imposto de renda de pessoas físicas e dá outras providências", para incluir nas deduções da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física os pagamentos relativos a medicamentos adquiridos por idosos com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos para tratamento de doenças crônicas comprovadas por relatório médico.	Apensado ao PL 5854/2013
140.	PL 5196/2016	Sóstenes Cavalcante	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com aquisição de medicamentos nas hipóteses de dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas	Apensado ao PL 5854/2013
141.	PL 5448/2016	Cabo Sabino	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com aquisição de medicamentos nas hipóteses de dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Apensado ao PL 5854/2013
142.	PL 5968/2016	Mara Gabrielli	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para facultar a dedução, da base de cálculo do IRPF, de despesas com próteses, órteses e tecnologias assistivas específicas para pessoas com deficiência.	Apensado ao PL 5854/2013
143.	PL 6873/2017	Moses Rodrigues	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com aquisição de medicamentos na dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Apensado ao PL 5854/2013
144.	PL 7326/2017	Heuler Cruvinel	Dispõe sobre inclusão dos gastos com equipamentos medico, serviços médicos e medicamentos de uso contínuo, apresentado com receita e nota de Compra entre os abatimentos do imposto de renda da pessoa física e das outras providências.	Apensado ao PL 5854/2013
145.	PL 7897/2017	Luciano Ducci	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com aquisição de medicamentos nas hipóteses de dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Apensado ao PL 5854/2013
146.	PL 823/2011	Rubens Bueno	Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de fraldas descartáveis aos idosos.	Apensado ao PL 328/2011
147.	PL 540/2015	William Woo	Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de fraldas descartáveis aos idosos.	Apensado ao PL 823/2011, que está apensado ao PL 328/2011
148.	PL 6216/2013	José Stédile	Dispõe sobre a obrigatoriedade de o poder público fornecer fraldas descartáveis para idosos, portadores de necessidades especiais, e todos com comprovada indicação de uso contínuo.	Apensado ao PL 328/2011

149.	PL 6872/2013	Ricardo Izar	Altera o § 2º, do art. 15, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispensação de fraldas geriátricas por intermédio do Sistema Único de Saúde.	Apensado ao PL 328/2011
------	--------------	--------------	--	-------------------------

Tabela 3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	SITUAÇÃO
1.	PL 1967/1999 PL 1193/1995 PL 2740/1997 PL 4089/2012 PL 3475/1997 PL 3670/1997 PL 3695/1997 PL 4316/1998 PL 4015/2004 PL 5107/2009 PL 1235/2015 PL 7241/2017 PL 7953/2017 PL 4644/1998 PL 608/1999 PL 3833/2004 PL 4004/2004 PL 4442/2004 PL 6687/2006 PL 649/2007 PL 368/2015 PL 8375/2017 PL 9131/2017 PL 738/2007 PL 433/20 PL 754/2007 PL 8307/2017 PL 8308/2017 PL 829/2007 PL 3069/2008 PL 3697/2008	Senador Luiz Estevão	Faculta o acesso gratuito de idosos a Parques Nacionais, e dá outras providências.	Heitor Schuch	Aguardando parecer

PL 1452/2011 PL 4071/2008 PL 7831/2010 PL 1130/2011 PL 1451/2011 PL 675/2011 PL 5391/2013 PL 923/2015 PL 7746/2014 PL 7952/2014 PL 5548/2016 PL 909/1999 PL 4096/2004 PL 4969/2005 PL 7472/2006 PL 3525/2008 PL 1447/2011 PL 6466/2013 PL 7405/2014 PL 721/2015 PL 930/2015 PL 1255/2015 PL 3976/2008 PL 5093/2009 PL 3602/2015 PL 8539/2017 PL 8768/2017 PL 8888/2017 PL 9452/2017 PL 8009/2017 PL 8496/2017 PL 8914/2017 PL 5503/2009 PL 397/2011 PL 3751/2012 PL 7171/2006 PL 163/2007 PL 1855/2007 PL 1254/2011 PL 2290/2007				
---	--	--	--	--

	PL 4638/2009 PL 3641/2012 PL 6963/2010 PL 4313/2012 PL 3910/2015 PL 6552/2016 PL 826/2011 PL 1233/2011 PL 6693/2013 PL 1056/2015 PL 7576/2017 PL 8736/2017 PL 8094/2017 PL 3192/2000 PL 4104/2008				
2.	PL1836/2007 PL 3054/2008 PL 960/2011 PL 3383/2012 PL 691/2015 PL 4746/2012 PL 2578/2015 PL 6959/2017 PL 7932/2017	Senador Cícero Lucena	Acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências" para tornar obrigatória a manutenção de exemplar do Estatuto do Idoso nos estabelecimentos bancários, comerciais e de prestação de serviços.		Aguardando designação.
3.	PL 1418/2007 PL 2503/2007 PL 2791/2008 PL 2967/2008 PL 3107/2008 PL 3315/2008 PL 1619/2011 PL 7243/2014 PL 7258/2014 PL 7580/2014 PL 6198/2016 PL 7408/2017 PL 1485/2015 PL 1893/2015	Antonio Carlos Mendes Thame; Luiz Carlos Hauly	Altera a tributação dos rendimentos financeiros percebidos por beneficiário residente ou domiciliado no exterior, revoga os arts. 1º e 3º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dá outras providências. Apreciação	Goulart	Aguardando parecer

	PL 3241/2015 PL 7409/2017 PL 3798/2015 PL 3799/2015 PL 9256/2017				
4.	PL 5338/2009 PL 2890/2008 PL 3382/2008 PL 5018/2009 PL 1538/2011 PL 5373/2009 PL 5761/2009 PL 6447/2009 PL 334/2011 PL 2047/2011	Efraim Morais	Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção progressiva do imposto de renda da pessoa física incidente sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de 66 (sessenta e seis) anos.		Aguardando designação.
5.	PL 6845/2010 PL 6887/2010 PL 6892/2010	Valadares Filho	Institui o Programa Nacional do Esporte Solidário para o Idoso - PNESEI, e dá outras providências.	Cristiane Brasil	Aguardando parecer
6.	PL 7774/2010 PL 723/2011 PL 5882/2013 PL 299/2015 PL 777/2011 PL 5724/2013 PL 890/2011 PL 6188/2013 PL 1402/2015 PL 1764/2015 PL 2153/2015 PL 4117/2015 PL 7348/2017 PL 5933/2013 PL 3754/2015 PL 9246/2017 PL 7015/2013 PL 270/2015	Roberto Santiago	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social, e dá outras providências..	Carmen Zanotto	Aguardando parecer

7.	<p>PL 1616/2011</p> <p>PL 5780/2013 PL 7077/2014 PL 7434/2014 PL 8641/2017 PL 9468/2018 PL 9560/2018 PL 7315/2014 PL 152/2015 PL 1643/2015 PL 2709/2015 PL 7986/2014 PL 8013/2014 PL 1543/2015 PL 2527/2015 PL 4401/2016 PL 6698/2016 PL 7834/2017</p>	Sueli Vidigal	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um profissional da área de enfermagem, enfermeiro ou técnico de enfermagem, nas unidades da rede pública de creches e escolas de educação infantil, e dá outras providências.	Carmen Zanotto	Aguardando parecer
8.	<p>PL 2567/2011</p> <p>PL 5693/2009 PL 6552/2009 PL 6951/2010 PL 7369/2010 PL 1168/2011 PL 2920/2015 PL 5396/2013 PL 7842/2014 PL 8007/2014 PL 1990/2015 PL 7098/2017 PL 2675/2011 PL 2687/2011 PL 3541/2015 PL 4862/2016 PL 6576/2016 PL 3884/2015 PL 8844/2017 PL 5080/2016</p>	Senador Rodrigo Rollemberg	Altera o § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retomar ao trabalho.	Pompeo de Mattos	Aguardando parecer

	PL 7761/2017				
9.	PL 5429/2013 PL 7081/2017	Gorete Pereira	Concede gratuidade e desconto aos médicos acima dos setenta anos em atendimentos e outros procedimentos.	Raquel Muniz	Aguardando parecer
10.	PL 6095/2013 PL 6511/2013 PL 7219/2014 PL 4601/2016 PL 8945/2017 PL 9149/2017	Valadares Filho	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para incluir prioridade de atendimento grupos familiares integrados por pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade.	Marcos Reategui	Aguardando parecer
11.	PL 7310/2014 PL 8005/2014	Dr. Carlos Alberto	Insera os parágrafos 1º e 2º ao art. 1º da Lei nº 10.048, de 2000, que trata do atendimento prioritário em estabelecimentos públicos e privados, dando, inclusive, outras providências.	Heitor Schuch	Aguardando parecer
12.	PL 326/2015	Valmir Assunção	Dispõe sobre o sistema especial de inclusão previdenciária de trabalhadores e trabalhadoras sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico de sua residência e dá outras providências.	Laura Carneiro	Aguardando parecer
13.	PL 641/2015	Arnaldo Faria de Sá	Altera o parágrafo XV do Art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, constante do Art. 9º da Medida Provisória 2.164-41 de 24 de agosto de 2001.	João Paulo Papa	Aguardando parecer
14.	PL 2029/2015	Cristiane Brasil	Institui a Política Nacional do Cuidado e dá outras providências.	Flávia Moraes	Aguardando parecer
15.	PL 5889/2016	Leandre	Assegura atendimento prioritário ao cuidador familiar não remunerado da pessoa em situação de dependência para o exercício de atividades básicas da vida diária.	Carlos Hentique Gaguim	Aguardando parecer
16.	PL 5590/2016	Carlos Bezerra	Dispõe que os sócios de sociedades civis ou mercantis, credoras de precatórios, de natureza alimentícia, que tenham pelo menos sessenta anos, ou forem portadores de doenças graves, terão preferência no pagamento dos respectivos créditos.		Aguardando designação.
17.	PL 7642/2017 PL 7882/2017 PL 8620/2017	Cristiane Brasil	Altera a Lei nº 12.101, de 2009, dispondo sobre a obrigatoriedade de destinação de bolsas de estudo para idosos.	Gilberto Nascimento	Aguardando parecer

	PL 8673/2017				
18.	PL 9003/2017 PL 6764/2016	Senador Paulo Paim	Dispõe sobre o exercício da profissão de gerontólogo, institui o Dia Nacional do Gerontólogo e dá outras providências.	João Paulo Papa	Aguardando parecer
19.	PL 9046/2017	Cícero Almeida	Inclui o §8º ao Artigo 15 da lei 10.741 de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.	Geraldo Resende	Aguardando parecer
20.	PL 9178/2017	Leandre	Institui a Semana da Educação ao Longo da Vida.		Aguardando designação.
21.	PL 9236/2017	Eduardo Barbosa	Altera o § 11 e acrescenta os §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais para caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa	Carmen Zanotto	Aguardando parecer.
22.	PDC 863/2017	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, concluída no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), celebrada em Washington, em 15 de junho de 2015..		Aguardanda Designação

Tabela 4. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão – Apensadas

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
1.	PL 1193/1995	Jorge Anders	Determina o desconto de cinquenta por cento (50%) na cobrança do valor de passagens para idosos com mais de sessenta anos, aposentados, pensionistas e ex-combatentes.	Apensado ao PL 1967/1999
2.	PL 2740/1997	Wellinton Fagundes	Dispensa os aposentados, pensionistas e deficientes físicos do pagamento de passagens em transporte coletivo interestadual rodoviário, ferroviário e hidroviário, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
3.	PL 4089/2012	Carlos Souza	Dispõe sobre a concessão de desconto no transporte público interestadual de passageiros, na navegação interior.	Apensado ao PL 2740/1997 que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
4.	PL 3475/1997	Paulo Paim	Isenta os trabalhadores por invalidez, os deficientes físicos e os idosos acima de 60 anos de idade do pagamento de passagens rodoviárias, urbanas, intermunicipais e interestaduais.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
5.	PL 3670/1997	Roberto Rocha	Determina a redução nos preços de passagens aéreas e rodoviárias interestaduais para maiores de cinquenta e cinco anos.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
6.	PL 3695/1997	Cunha Bueno	Concede desconto de 50% aos idosos na aquisição de bilhete de passagem do transporte aéreo.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
7.	PL 4316/1998	Valdir Colatto	Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
8.	PL 4015/2004	Gorete Pereira	Concede descontos em passagens aéreas e hotéis, aos idosos e às pessoas portadoras deficiência, nos termos que especifica.	Apensado ao PL 4316/1998 que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999

9.	PL 5107/2009	Valtenir Pereira	Garantindo passe livre para pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte aéreo doméstico.	Apensado ao PL 4015/2004, apensado ao PL 4316/1998, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
10.	PL 1235/2015	Deley	Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para conceder passe livre e assento às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual e nas companhias aéreas.	Apensado ao PL 5107, que está apensando ao PL 4015/2004, apensado ao PL 4316/1998, que, por sua vez, está apensado ao PL 1193/1995, e este apensado ao PL 1967/1999
12.	PL 7241/2017	Mara Gabrielli	Altera a Lei nº 8.899, de 1994, para dispor sobre a fruição do passe livre, por pessoa com deficiência, no transporte de passageiros sob responsabilidade da União.	Apensado ao PL 5107, que está apensando ao PL 4015/2004, apensado ao PL 4316/1998, que, por sua vez, está apensado ao PL 1193/1995, e este apensado ao PL 1967/1999
13.	PL 7953/2017	Diego Garcia	Altera a lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas com deficiência carentes no sistema de transporte coletivo interestadual, para dispor sobre a abrangência operacional do benefício	Apensado ao PL 5107, que está apensando ao PL 4015/2004, apensado ao PL 4316/1998, que, por sua vez, está apensado ao PL 1193/1995, e este apensado ao PL 1967/1999
14.	PL 4644/1998	Paulo Paim	Isenta os trabalhadores aposentados por invalidez, os deficientes físicos e os idosos, acima de 60 anos de idade, do pagamento de passagens rodoviárias urbanas, intermunicipais e interestaduais.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
15.	PL 608/1999	João Henrique	Determina o abatimento de 50% na cobrança do valor da passagem em transportes coletivos rodoviários, para deficientes físicos, pessoas com mais de sessenta e cinco anos e estudantes.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
16.	PL 3833/2004	Carlos Nader	Concede desconto de 50% (cinquenta por cento) na aquisição de passagem no sistema de transporte interestadual para estudantes universitários.	Apensado ao PL 4015/2004, que está apensado ao PL

				1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
17.	PL 4004/2004	Edson Duarte	Concede desconto de 50% aos estudantes comprovadamente carentes no sistema de transporte coletivo interestadual.	Apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
18.	PL 4442/2004	Símplicio Mário	Dispõe sobre a concessão de passe estudantil aos alunos matriculados em cursos técnicos ou profissionalizantes.	Apensado ao PL 4004/2004, apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
19.	PL 6687/2006	Dr. Ribamar Alves	Estabelece passagem subsidiada para estudantes nos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais e dá outras providências.	Apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
20.	PL 649/2007	Rebecca Garcia	Estabelece em 50% do valor integral, a passagem paga por estudantes e professores do ensino superior para participação em cursos de aperfeiçoamento, especialização, pós-graduação e congressos.	Apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
21.	PL 368/2015	Conceição Sampaio	Estabelece em 50% do valor integral, a passagem paga por estudantes e professores do ensino superior para participação em cursos de aperfeiçoamento, especialização, pós-graduação e congressos.	Apensado ao PL 649/2007, apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
22.	PL 8375/2017	Mariana Carvalho	Dispõe sobre a isenção da tarifa de ônibus locais, intermunicipais e interestaduais a professores da rede pública.	Apensado ao PL 649/2007, apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
23.	PL 9131/2017	Comissão de Legislação Participativa	Dispõe sobre a concessão de meia-passagem a estudantes e professores em sistemas de transporte coletivo ferroviário administrados por operadoras vinculadas à União.	Apensado ao PL 649/2007, apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999

24.	PL 738/2007	Manuela D'ávila	Determina a obrigatoriedade das empresas concessionárias de transporte coletivo terrestre de passageiros e autarquias, a aceitarem passagem escolar para transporte nos finais de semana e feriados.	Apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
25.	PL 433/2015	Alice Portugal	Determina a obrigatoriedade das empresas concessionárias de transporte coletivo terrestre de passageiros e autarquias, a aceitarem passagem escolar para transporte nos finais de semana e feriados.	Apensado ao PL 738/2007, apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
26.	PL 754/2007	Sabino Castelo Branco	Determina às companhias aéreas que atuem no território nacional, que, durante a baixa temporada, concedam desconto de 50% (cinquenta por cento) no preço da passagem a alunos e professores.	Apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
27.	PL 8307/2017	Carlos Andrade	Concede desconto para aquisição de passagens aéreas a familiares de pessoa falecida em outra unidade federativa do território nacional	Apensado ao PL 754/2007, apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
28.	PL 8308/2017	Carlos Andrade	Concede desconto para aquisição de passagens em transportes coletivos rodoviários a familiares de pessoa falecida em outro ente federado.	Apensado ao PL 8307/2017, apensado ao PL 754/2007, que está apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
29.	PL 829/2007	Sandro Mabel	Concede desconto de 50% (cinquenta por cento) aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior no transporte coletivo rodoviário que interliga municípios vizinhos de estados diferentes.	Apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
30.	PL 3069/2008	Rodrigo Rollemberg	Estende aos estudantes domiciliados na área abrangida pela RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, os benefícios do passe estudantil estabelecidos pela legislação do Distrito Federal e dá outras providências.	Apensado ao PL 754/2007, apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999

31.	PL 3697/2008	Hermes Pasrcianello	Institui o desconto de 50% (cinquenta por cento) para professores da rede municipal, estadual e federal, nas passagens do transporte urbano.	Apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
31.	PL 1452/2011	Wilson Filho	Concede benefício tarifário para professores carentes no serviço de transporte coletivo interestadual de passageiros, nos termos especificados	Apensado ao PL 829/2007, apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
32.	PL 4071/2008	Juvenil	Institui o Programa Especial de Transporte Estudantil - PETE e dá outras providências.	Apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
33.	PL 7831/2010	Damião Feliciano	Concede meia passagem para estudantes no sistema de transporte coletivo interestadual e dá outras providências.	Apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
34.	PL 1130/2011	Damião Feliciano	Concede meia passagem para estudantes no sistema de transporte coletivo interestadual e dá outras providências.	Apensado ao PL 7831/2011, apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
35.	PL 1451/2011	Wilson Filho	Concede benefício tarifário para estudantes carentes no serviço de transporte coletivo interestadual de passageiros, nos termos especificados.	Apensado ao PL 7831/2011, apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
36.	PL 675/2011	Weliton Prado	Institui o passe escolar nos transportes públicos interestaduais e dá outras providências.	Apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
37.	PL 5391/2013	Jovair Arantes	Concede passe livre aos estudantes carentes no sistema de transporte coletivo interestadual.	Apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL

				1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
38.	PL 923/2015	Cesar Souza	Concede passe livre, no sistema de transporte público coletivo, aos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família.	Apensado ao PL 7831/2011, apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
39.	PL 7746/2014	Eduardo Cunha	Prevê passe livre estudantil para aqueles que, com dificuldade econômica comprovada, estejam matriculados em instituições de ensino privadas.	Apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
40.	PL 7952/2014	Valadares Filho	Institui o passe livre estudantil, como garantia do direito social ao transporte, para alunos matriculados em instituições públicas ou privadas de ensino.	Apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
41.	PL 5548/2016	Izalci	Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil	Apensado ao PL 7952/2014, apensado ao PL 608/1999, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
42.	PL 909/1999	Ricardo Izar	Garante a gratuidade do transporte ferroviário aos passageiros maiores de sessenta e cinco anos e aos aposentados	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
43.	PL 4096/2004	Jair Bolsonaro	Dá nova redação ao art. 40 e seus incisos I e II, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências".	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
44.	PL 4969/2005	Max Rosemann	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para assegurar a gratuidade dos transportes coletivos públicos rurais aos idosos maiores de sessenta e cinco anos.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
45.	PL 7472/2006	Inácio Arruda	Altera o art. 39 da Lei nº 10.741, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso para permitir a gratuidade dos transportes públicos urbanos, semi-urbanos e rurais aos maiores de sessenta anos.	Apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999

46.	PL3525/2008	Cleber Verde	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para assegurar aos maiores de sessenta anos a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos.	Apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
47.	PL 1447/2011	Nilda Gondim	Altera o art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para reduzir de sessenta e cinco para sessenta anos o limite de idade para o benefício da gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos.	Apensado ao PL 3525/2008, apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
48.	PL 6466/2013	Antonio Brito	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para reduzir de 65 anos para 60 anos a idade em que o idoso tem direito a gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos.	Apensado ao PL 3525/2008, apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
49.	PL 7405/2014	Rodrigo Maia	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso..	Apensado ao PL 3525/2008, apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
50.	PL 721/2015	Clarissa Garotinho	Altera o art. 39 da Lei nº 10741 de 1º de outubro de 2003 garantindo gratuidade no transporte público urbano e semi urbanos aos maiores de 60 anos.	Apensado ao PL 3525/2008, apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
51.	PL 930/2015	Goulart	Dá nova redação ao art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	Apensado ao PL 3525/2008, apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
52.	PL 1255/2015	Gilberto Nascimento	Modifica a Lei Federal n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) para regulamentar a identificação para utilização gratuidade nos transportes públicos de passageiros às pessoas idosas, na forma que especifica.	Apensado ao PL 3525/2008, apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999

53.	PL 3976/2008	Geraldo Pudim	Altera a redação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, a qual dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	Apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
54.	PL 5093/2009	Iran Barbosa	Altera o "caput" e o § 2º do art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) e suprime o seu § 3º.	Apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
55.	PL 3602/2015	Ronaldo Martins	Dá nova redação ao §2º do art. 39 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispondo sobre assentos preferenciais para idosos nos veículos de transporte coletivo, na forma que indica.	Apensado ao PL 3602/2015, que está apensado ao PL 5093/2009, apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
56.	PL 8539/2017	Heuler Cruvinel	Dispõem sobre a obrigatoriedade de todos os assentos do transporte coletivo ser preferenciais e da outras providencias.	Apensado ao PL 3602/2015, apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
57.	PL 8768/2017	Renata Abreu	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, para dispor sobre a preferência dos assentos no transporte coletivo.	Apensado ao PL 8539/2017, que está apensado ao PL 3602/2015, por sua vez, apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
58.	PL 8888/2017	Dâmina Pereira	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, para dispor sobre prioridade e preferência de assentos no transporte público coletivo.	Apensado ao PL 8539/2017, que está apensado ao PL 3602/2015, por sua vez, apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999

59.	PL 9452/2017	Mariana Carvalho	Dispõe sobre a preferência de idosos, mulheres grávidas ou com criança de colo e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos assentos do transporte coletivo.	Apensado ao PL 8539/2017, que está apensado ao PL 3602/2015, por sua vez, apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
60.	PL 8009/2017	Pastor Luciano Braga	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para estabelecer a responsabilidade e as sanções em caso de danos ou sofrimento físico ou mental ao idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo.	Apensado ao PL 5093/2009, apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
61.	PL 8496/2017	Heuler Cruinel	Dispõe sobre alteração do CAPÍTULO X da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 com aplicação de sanção penal ao empregado ou proprietário de empresa de transporte coletivo que negar a pessoa com mais de sessenta anos acesso gratuito a veículo utilizado para realizar transporte coletivo urbano, bem como aos que, incluídos naquelas categorias, praticarem ato de gestão com essa finalidade, e dá outras providências.	Apensado ao PL 8009/2017, que está apensado ao PL 5093/2009, apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
62.	PL 8914/2017	Rômulo Gouveia	Altera a Lei nº 10.741, de 2003, para dispor sobre a prestação de ajuda ao idoso nos procedimentos de entrega e restituição de bagagem.	Apensado ao PL 8009/2017, que está apensado ao PL 5093/2009, apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
63.	PL 5503/2009	Nelson Goetten	Altera os arts. 34 e 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	Apensado ao PL 4969/2005, que está apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
64.	PL 397/2011	Luciana Castro	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para assegurar ao idoso com idade mínima de 60 sessenta anos o benefício de um salário mínimo mensal nos termos da Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS.	Apensado ao PL 5503/2009, que está apensado ao PL 4969/2005, por sua vez, apensado ao PL 1193/1995,

				este apensado ao PL 1967/1999
65.	PL 3751/2012	Luciano Castro	Altera os arts. 34 e 39 da Lei 10.741, de 1 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	Apensado ao PL 5503/2009, que está apensando ao PL 4969/2005, por sua vez, apensado ao PL 1193/1995, este apensado ao PL 1967/1999
66.	PL 7171/2006	João Hermann Neto	Determina desconto de 50% e isenção nas tarifas de passagens aéreas, marítimas, fluviais e terrestres para os maiores de sessenta e cinco anos e oitenta e cinco anos respectivamente	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
67.	PL163/2007	Barbosa Neto	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso..	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
68.	PL 1855/2007	Fernando Coruja	Altera o caput do art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso".	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
69.	PL 1254/2011	Antonio Carlos Mendes Thame	Altera os arts. 39 e 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.	Apensado ao PL 1855/2007, que está apensando ao PL 1193/1995, apensado ao PL 1967/1999
70.	PL 2290/2007	Chico Lopes	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
71.	PL 4638/2009	Marcio Junqueira	Dispõe sobre a isenção ao idoso da cobrança da tarifa de embarque no transporte aéreo.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
72.	PL 3641/2012	Junji Abe	Institui a isenção de tarifa de embarque em voos domésticos nos aeroportos do País para pessoas com deficiência física, e dá outras providências.	Apensado ao PL 4638/2009, que está apensado ao PL 1193/1995, apensado ao PL 1967/1999
73.	PL 6963/2010	Zequinha Marinho	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre a gratuidade dos idosos no transporte aeroviário.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999

74.	PL 4313/2012	Professor Victorio Galli	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para tratar sobre a gratuidade para idosos no serviço de transporte aéreo doméstico.	Apensado ao PL 6963/2010, que está apensado ao PL 1193/1995, apensado ao PL 1967/1999
75.	PL 3910/2015	Cabo Sabino	Altera a Lei nº 10.741, de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre gratuidade para idosos no transporte aéreo doméstico..	Apensado ao PL 4313/2012, apensado ao PL 6963/2010, que está apensado ao PL 1193/1995, apensado ao PL 1967/1999
76.	PL 6552/2016	Mariana Carvalho	Altera o art. 40, da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para assegurar a reserva de 6 (seis) assentos nos voos regulares comerciais para pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos e renda mensal inferior a 6 (seis) salários mínimos, com a concessão de desconto sobre o preço praticado no momento da aquisição do bilhete de viagem.	Apensado ao PL 6963/2010, apensado ao PL 193/1995 ,que está apensado ao PL 1967/1999
77.	PL 826/2011	José Priante	Altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para assegurar às pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos redução de cinquenta por cento no valor das passagens em transporte coletivo aéreo, em caso de tratamento de saúde fora do município ou do estado em que reside.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
78.	PL1233/2011	Marllos Sampaio	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idosos e dá outras providências.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
79.	PL 6693/2013	Onofre Santo Agostini	Altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para assegurar às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos de idade redução de cinquenta por cento no valor das passagens em transportes aéreo, rodoviários, ferroviários e marítimos em todo território nacional.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
80.	PL 1056/2015	Goulart	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para assegurar aos maiores de sessenta anos a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, de que trata o caput do art. 39; revoga o §3º do art. 39 e cria o §2º do art. 40 para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo.	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
81.	PL 7576/2017	Leandre	Altera dispositivos do Estatuto do Idoso, para ampliar o escopo dos benefícios de que os idosos dispõem no transporte coletivo urbano e interestadual.	Apensado ao PL 1056/2015, que está apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999

82.	PL 8736/2017	Diego Garcia	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, (Estatuto do Idoso), para dispor sobre a aplicação da gratuidade e do desconto nas passagens de idosos em todos os serviços ativos do sistema de transporte coletivo interestadual.	Apensado ao PL 7576/2017, apensado ao PL 1056/2015, que está apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
83.	PL 8094/2017	Raquel Muniz	Altera o inciso I do art. 40, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para garantir transporte gratuito aos idosos no transporte coletivo interestadual	Apensado ao PL 1193/1995 que está apensado ao PL 1967/1999
84.	PL 3192/2000	José Carlos Coutinho	Fixa desconto de 50% (cinquenta por cento) nas tarifas de passagens aéreas para maiores de sessenta e cinco anos.	Apensado ao PL 1967/1999
85.	PL 4104/2008	Senador Expedito Júnior	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, e o art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para dispor sobre critério de cálculo de renda familiar per capita, utilizado na concessão do benefício de prestação continuada da assistência social.	Apensado ao PL 1967/1999
86.	PL 3054/2008	Davi Alves Silva Júnior	Dispõe sobre o fornecimento de medicamentos de uso contínuo no domicílio de idosos, gestantes e pessoas com dificuldade de locomoção, através do Sistema Único de Saúde - SUS.	Apensado ao PL 1836/2007
87.	PL 960/2011	William Dib	Altera a redação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	Apensado ao PL 1836/2007
88.	PL 3383/2012	Damião Feliciano	Cria a "Bolsa-Medicamento" no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Apensado ao PL 960/2011, que está apensado ao PL 1839/2007.
89.	PL 691/2015	Major Olimpio	Altera a redação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	Apensado ao PL 960/2011, que está apensado ao PL 1839/2007.
90.	PL 4746/2012	Rodrigo Maia	Institui a entrega domiciliar de medicamentos aos pacientes que especifica.	Apensado ao PL 1836/2007
91.	PL 2578/2015	Fabício Oliveira	Dispõe sobre ao acesso gratuito dos portadores de doenças graves aos medicamentos de que necessitam	Apensado ao PL 1836/2007
92.	PL 6959/2017	Rômulo Gouveia	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para dispor sobre vacinação e procedimentos de assistência à saúde prestados em domicílio.	Apensado ao PL 1836/2007

93.	PL 7932/2017	Adail Garcia	Acrescenta o §7º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e §6º ao art. 18 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2013, para reconhecer o direito dos idosos e das pessoas com deficiência ao atendimento domiciliar para coleta de amostras destinadas a exames laboratoriais.	Apensado ao PL 6959/2017, que está apensado ao PL 1836/2017
94.	PL 2503/2007	Renato Molling	Revoga os arts. 1º e 3º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1418/2007
95.	PL 2791/2008	João Dado	Altera o imposto de renda sobre os resultados positivos (ganhos de capital) auferidos por residentes ou domiciliados no exterior nas operações com ações ou índices de ações realizadas nas bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, revoga o § 1º do art. 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e dá outras providências	Apensado ao PL 1418/2007
96.	PL 2967/2008	Adão Pretto	Altera o art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006 e dá outras providências.	Apensado ao PL 1418/2007
97.	PL 3107/2008	Luciana Genro; Chico Alencar; Ivan Valente	Revoga a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006.	Apensado ao PL 1418/2007
98.	PL 3315/2008	Rebecca Garcia	Altera a tributação dos rendimentos financeiros percebidos por beneficiário residente ou domiciliado no exterior, revoga os arts. 1º e 3º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1418/2007
99.	PL 1619/2011	Carlos Souza	Dispõe sobre a tributação dos lucros ou dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas e dos ganhos de capital a que se refere o § 1º do art. 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; estabelece o tratamento tributário aplicável ao empresário individual que preste serviços com exclusividade a pessoa jurídica; e altera a alíquota do imposto de renda incidente sobre rendimentos produzidos por títulos públicos ou auferidos na aplicação em fundos de investimento, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, de que tratam os arts. 1º e 3º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006.	Apensado ao PL 1418/2007
100.	PL 7243/2014	Fabio Reis	Reduz a zero a alíquota do IRPF incidente sobre rendimentos provenientes de aposentadorias e pensões auferidos no País por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no exterior	Apensado ao PL 1418/2007
101.	PL 7258/2014	Rubens Bueno	Inclui parágrafo único ao art. 7º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, estabelecendo isenção de imposto de renda para contribuintes maiores de sessenta e cinco anos que residam no exterior.	Apensado ao PL 7243/2014, que está apensado ao PL 1418/2007
102.	PL 7580/2014	Esperidião Amin	Isenta do Imposto sobre a Renda rendimentos provenientes de aposentadorias e pensões auferidos no País por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no exterior.	Apensado ao PL 7243/2014, que está apensado ao PL 1418/2007

103.	PL 6198/2016	Eduardo Barbosa	Altera o art. 7º Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, para alterar a tributação sobre rendimentos pagos a beneficiários da Previdência Social residentes ou domiciliadas no exterior.	Apensado ao PL 7243/2014, que está apensado ao PL 1418/2007
104.	PL 7408/2017	Mara Gabrielli	Estende aos contribuintes residentes no exterior a isenção do Imposto de Renda concedida a rendimentos de aposentadoria e pensão recebidos por pessoas portadoras de moléstias graves.	Apensado ao PL 7243/2014, que está apensado ao PL 1418/2007
105.	PL 1485/2015	Afonso Florence e outros	Altera a Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a incidência de imposto de renda sobre a distribuição de lucros e dividendos pagos e creditados pelas pessoas jurídicas e sobre juros pagos e creditados a título de capital próprio, e a Lei n.º 11.312, de 27 de 2006, que dispõe o imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos adquiridos por investidores estrangeiros	Apensado ao PL 1418/2007
106.	PL 1893/2015	Luiza Erundina	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "trata da legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências", para dispor sobre a tributação do imposto de renda sobre o pagamento de juros sobre capital próprio e sobre a distribuição de lucros e dividendos.	Apensado ao PL 1485/2015, que está apensado ao PL 1418/2007
107.	PL 3241/2015	Veneziano Vital do Rêgo	Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer a incidência de imposto de renda sobre lucros ou dividendos.	Apensado ao PL 1485/2015, que está apensado ao PL 1418/2007
108.	PL 7409/2017	Veneziano Vital do Rêgo	Altera a tributação de lucros e dividendos e revoga a possibilidade de dedução de juros sobre capital próprio para fins de apuração do imposto de renda.	Apensado ao PL 3241/2015, que está apensado ao PL 7409/2017, apensado, por sua vez, ao PL 1418/2007
109.	PL 3798/2015	Luiza Erundina e outros	Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para tributar os rendimentos dos acionistas, cotistas e sócios de empresas e bancos oriundos da distribuição de lucros e dividendos, sob a forma de juros sobre o capital próprio - JCP, pelo Imposto de Renda e extinção da permissão legal das empresas e dos bancos abaterem do imposto de renda os pagamentos que efetuaram com JCP.	Apensado ao PL 1485/2015, que está apensado ao PL 1418/2007
110.	PL 3799/2015	Luiza Erundina e outros	Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para extinguir o benefício fiscal que reduz a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos produzidos por títulos públicos adquiridos quando resgatados ou remetidos ao exterior.	Apensado ao PL 1418/2007
111.	PL 9256/2017	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para definir que a isenção do imposto de renda aplica-se à distribuição de lucros e dividendos com base nos resultados apurados segundo os novos métodos e critérios contábeis, utilizados a partir da vigência da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007	Apensado ao PL 1418/2007
112.	PL 2890/2008	Geraldo Pudim	Altera o limite de idade para isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física, referente à parcela dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma.	Apensado ao PL 5338/2009

113.	PL 3382/2008	Cleber Verde	Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção total do imposto de renda da pessoa física aos rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de setenta anos, iniciando-se com isenção de vinte por cento dos rendimentos aos sessenta anos.	Apensado ao PL 2890/2008, que está apensado ao PL 5338/2009
114.	PL 5018/2009	Simão Sessim	Altera a redação do inciso V do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 e revoga os arts. 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, para conceder isenção total do imposto de renda da pessoa física aos rendimentos de aposentadoria e pensão, sem limite de idade.	Apensado ao PL 2890/2008, que está apensado ao PL 5338/2009
115.	PL 1538/2011	Vitor Paulo	Modifica a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, percebidos por pessoa física com idade igual ou superior a 75 (setenta e cinco) anos.	Apensado ao PL 2890/2008, que está apensado ao PL 5338/2009
116.	PL 5373/2009	Jorge Boeira	Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por idosos.	Apensado ao PL 5338/2009
117.	PL 5761/2009	Gorete Pereira	Beneficia com isenção do imposto de renda os mudos ou portadores de deficiência auditiva grave, os xipófagos, os hemiplégicos, os paraplégicos e os tetraplégicos, os portadores das síndromes de Down e de Rett e os aposentados e pensionistas que tenham idade acima de 65 anos.	Apensado ao PL 5338/2009
118.	PL 6447/2009	Fábio Faria	Concede isenção do Imposto de Renda aos proventos de aposentadoria percebidos pelos servidores públicos aposentados compulsoriamente em virtude de atingirem a idade de setenta anos.	Apensado ao PL 5338/2009
119.	PL 334/2011	Edmar Arruda	Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que dispõe sobre a legislação do imposto de renda e dá outras providências" e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "Dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para alterar a idade de isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte para as mulheres, dos atuais 65 (sessenta e cinco) anos de idade para 60 (sessenta) anos de idade.	Apensado ao PL 5338/2009
120.	PL 2041/2011	Laercio Oliveira	Concede isenção de imposto de renda e de recolhimento do INSS aos aposentados.	Apensado ao PL 5338/2009
121.	PL 6887/2010	Fernando Nascimento	Institui a Semana Nacional do Esporte para a Pessoa Idosa e dá outras providências.	Apensado ao PL 6887/2010
122.	PL 7774/2010	Dr. Talmir	Altera o caput e os §§ 2º e 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para alterar o conceito de pessoa com deficiência para efeito de concessão do benefício de prestação continuada.	Apensado ao PL 6892/2010
123.	PL 723/2011	Flávia Morais	Acrescenta § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, para permitir a elevação do valor do benefício de prestação continuada para o idoso e a pessoa com deficiência que necessite de auxílio permanente de terceiros.	Apensado ao PL 6892/2010

124.	PL 5882/2013	Fábio Souto	Dispõe sobre o Programa Auxílio Idosos e dá outras providências.	Apensado ao PL 723/2011, que está apensado ao PL 6892/2010
125.	PL 299/2015	Cleber Verde	Incluir a alínea "f" ao art. 2º da Lei nº 8.742, de 24 de junho de 1993, o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família e que necessitar da assistência permanente de outra pessoa.	Apensado ao PL 723/2011, que está apensado ao PL 6892/2010
126.	PL 777/2011	Washington Reis	Acrescenta art. 40-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre acréscimo por idade na renda mensal do benefício de aposentadoria de valor mínimo do Regime Geral de Previdência Social e do benefício de prestação continuada da Assistência Social.	Apensado ao PL 6892/2010
127.	PL 5724/2013	Jaqueline Roriz	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para estabelecer a concessão de adicional mensal ao benefício previsto no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, pago ao idoso que conte com oitenta anos ou mais de idade.	Apensado ao PL 777/2011, que está apensado ao PL 6892/2010
128.	PL 890/2011	Marcelo Matos	Altera o Art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para estender benefício ao responsável que comprove dedicação integral ao idoso e/ou ao portador de deficiência, beneficiado pela prestação continuada da assistência social.	Apensado ao PL 6892/2010
129.	PL 6188/2013	Pastor Marco Feliciano	Dá nova redação ao art. 20, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para garantir benefício de prestação continuada da assistência social ao cuidador que comprove dedicação em tempo integral ao parente portador de deficiência física.	Apensado ao PL 890/2011, que está apensado ao PL 6892/2010
130.	PL 1402/2015	Expedito Neto	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a concessão de abono especial ao responsável legal do portador de deficiência receptor de benefício de prestação continuada	Apensado ao PL 890/2011, que está apensado ao PL 6892/2010
131.	PL 1764/2015	Vitor Lippi	Inclui art. 21-B à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a concessão de abono especial à mãe da pessoa com deficiência grave e dependência.	Apensado ao PL 890/2011, que está apensado ao PL 6892/2010
132.	PL 2153/2015	Marcelo Belinati	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, incluindo a alínea "f" no inciso I, do seu art. 2º e alterando a redação de seu art. 20 para garantir àquele que tem sob seu cuidado pessoa com deficiência, da qual resulte total falta de autonomia, o pagamento de benefício mensal, tendo em vista a impossibilidade daquele. de empreender atividade produtiva.	Apensado ao PL 890/2011, que está apensado ao PL 6892/2010
133.	PL 4117/2015	Marcelo Belinati	Altera o Art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para estender benefício ao responsável, em forma de pensão, que comprove que teve dedicação integral ao portador de deficiência já falecido, beneficiado pela prestação continuada da assistência social.	Apensado ao PL 890/2011, que está apensado ao PL 6892/2010

134.	PL 7348/2017	Lúcio Vale	Cria a política de apoio ao cuidador informal e ao atendente pessoal não remunerados de pessoa em situação de dependência para o exercício de atividades da vida diária.	Apensado ao PL 890/2011, que está apensado ao PL 6892/2010
135.	PL 5933/2013	Eduardo Barbosa	Insera §§ 11 e 12 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais para caracterização da incapacidade para prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa.	Apensado ao PL 6892/2010
136.	PL 3754/2015	Leandre	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Apensado ao PL 5933/2013, que está apensado ao PL 6892/2010
137.	PL 9246/2017	Marcelo Aro	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.	Apensado ao PL 3754/2015, que está apensado ao PL 5933/2013, apensado ao PL 6892/2010
138.	PL 7015/2013	Sueli Vidigal	Altera o caput do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e o caput do art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para assegurar ao idoso com sessenta anos ou mais o recebimento do benefício de prestação continuada.	Apensado ao PL 6892/2010
139.	PL 270/2015	Conceição Sampaio	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e o art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estender o benefício de prestação continuada ao idoso em internação domiciliar.	Apensado ao PL 6892/2010
140.	PL 5780/2013	Anderson Ferreira	Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de um posto de saúde em cada escola de ensino fundamental e médio.	Apensado ao PL 1616/2011
141.	PL 7077/2014	Major Fábio	Obriga os estabelecimentos de ensino, creches e unidades de atenção a idosos a oferecer treinamento de primeiros socorros a seus profissionais.	Apensado ao PL 1616/2011
142.	PL 7434/2014	Heuler Cruvinel	Torna obrigatório o curso de prevenção de acidentes e primeiros socorros em todas as escolas e creches públicas em todo o território brasileiro.	Apensado ao PL 7077/2014, que está apensado ao PL 1616/2011
143.	PL 8641/2017	Nivaldo Albuquerque	Dispõe sobre a obrigatoriedade de ensino de primeiros socorros aos profissionais que atuam em estabelecimentos de educação infantil e ensino fundamental.	Apensado ao PL 7077/2014, que está apensado ao PL 1616/2011
144.	PL 9468/2018	Ricardo Izar	Institui a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados voltados ao ensino ou recreação infantil e fundamental a capacitarem seu corpo docente e funcional em noções básicas de primeiros socorros	Apensado ao PL 7077/2014, que está apensado ao PL 1616/2011

145.	PL 9560/2018	Carlos Sampaio	Estabelece a obrigatoriedade do treinamento dos docentes da educação básica e dos ensinos fundamental e médio em técnicas de primeiros socorros.	Apensado ao PL 7077/2014, que está apensado ao PL 1616/2011
146.	PL 7315/2014	Luiz de Deus	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de ambulatórios para pronto atendimento de primeiros socorros, com a permanência mínima de um profissional da área de enfermagem em cada estabelecimento de ensino da educação básica.	Apensado ao PL 1616/2011
147.	PL 152/2015	Félic Mendonça Junior	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de ambulatórios em universidades públicas e particulares na forma que especifica, e dá outras providências.	Apensado ao PL 7315/2014, que está apensado ao PL 1616/2011
148.	PL 1643/2015	Roberto Britto	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de ambulatórios para pronto atendimento de primeiros socorros, com a permanência mínima de um profissional da área de saúde em cada estabelecimento de ensino da educação.	Apensado ao PL 7315/2014, que está apensado ao PL 1616/2011
149.	PL 2709/2015	Aureo	Torna obrigatória a existência de enfermagem e a permanência de técnico de enfermagem em estabelecimentos de ensino que atendam a quinhentos ou mais alunos.	Apensado ao PL 7315/2014, que está apensado ao PL 1616/2011
150.	PL 7986/2014	Vitor Paulo	Dispõe sobre a criação do Programa Creche Saudável visando propiciar o acompanhamento médico, nutricional e psicológico para crianças nas creches públicas e comunitárias	Apensado ao PL 1616/2011
151.	PL 8013/2014	Dr. Jorge Silva	Dispõe sobre a assistência psicológica ao educando da educação básica.	Apensado ao PL 7986/2014, que está apensado ao PL 1616/2011
152.	PL 1543/2015	Dr. Jorge Silva	Inserir dispositivo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que as redes públicas de educação básica contem com serviços de apoio técnico de psicologia para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.	Apensado ao PL 8013/2014, que está apensado ao PL 7986/2014, apensado ao PL 1616/2011
153.	PL 2527/2015	Marcelo Álvaro Antônio	Institui a obrigatoriedade de atendimento psicológico nas escolas de educação básica, fundamental e ensino médio.	Apensado ao PL 8013/2014, que está apensado ao PL 7986/2014, apensado ao PL 1616/2011
154.	PL 4401/2016	Alan Rick	Dispõe sobre a oferta de atendimento psicológico para os professores que atuam nas redes públicas de educação básica.	Apensado ao PL 2527/2015, apensado ao PL 8013/2014, que está apensado ao PL 7986/2014, este apensado ao PL 1616/2011

155..	PL 6698/2016	Fernando Torres	Torna obrigatória a presença de profissional da área de Fonoaudiologia em todas escolas públicas e privadas de ensino fundamental.	Apensado ao PL 7986/2014, que está apensado ao PL 1616/2011
156.	PL 7834/2017	Lobbe Neto	Altera o art. 29 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para tornar obrigatória a presença de pessoa treinada para administrar insulina em estabelecimentos de ensino infantil.	Apensado ao PL 1616/2011
157.	PL 5668/2009	Celso Maldener	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o recálculo da renda mensal do benefício de segurado que permanece ou que retorna a atividade.	Apensado ao PL 2567/2011
158.	PL 5693/2009	Arnaldo Faria de Sá	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o recálculo do valor da aposentadoria com base no tempo e no valor das contribuições correspondentes a atividades exercidas pelo aposentado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.	Apensado ao PL 5668/2009, que está apensando ao PL 2567/2011
159.	PL 6552/2009	Rodrigo Rollemberg	Altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retornar ao trabalho.	Apensado ao PL 5668/2009, que está apensando ao PL 2567/2011
160.	PL 6951/2010	Cleber Verde	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.	Apensado ao PL 6552/2009, apensado ao PL 5668/2009, que está apensando ao PL 2567/2011
161.	PL 7369/2010	Eduardo Barbosa	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o recálculo da renda mensal da aposentadoria do segurado que permanece ou retorna à atividade.	Apensado ao PL 5668/2009, que está apensando ao PL 2567/2011
162.	PL 1168/2011	Dr. Ubiali	Altera o art. 18, § 2º, acrescentando o art. 37-A, acrescenta o parágrafo único ao art. 54, modifica o inciso III do art. 96, acrescenta o parágrafo único ao art. 96, todos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, regulamentando os institutos da Desaposentação e da Despensão.	Apensado ao PL 5668/2009, que está apensando ao PL 2567/2011
163.	PL 2920/2015	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para conceder ao aposentado que permanece ou retorna à atividade e a seu dependente beneficiário da pensão por morte o direito à renúncia à aposentadoria e ao recálculo da renda mensal do benefício.	Apensado ao PL 1168/2011, apensado ao PL 5668/2009, que está apensando ao PL 2567/2011
164.	PL 5396/2013	Eduardo Sciarra	Altera as Leis nº 8.212, de 24 de junho de 1991, e nº 8.213, de 24 de junho de 1991, para dar ao segurado a opção de postergar a data de início da aposentadoria e dá outras providências.	Apensado ao PL 5668/2009, que está apensando ao PL 2567/2011

165.	PL 7842/2014	Jaime Martins	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para garantir ao aposentado que permanece ou retorna à atividade o direito à renúncia à aposentadoria e ao recálculo da renda mensal do benefício.	Apensado ao PL 5668/2009, que está apensando ao PL 2567/2011
166.	PL 8007/2014	Arnaldo Faria de Sá	Acrescenta novo período a aposentadoria por tempo de contribuição	Apensado ao PL 5668/2009, que está apensando ao PL 2567/2011
167.	PL 1990/2015	Fábio Mitidieri	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer a garantia do recálculo do benefício do aposentado do Regime Geral de Previdência Social que retorna ou permanece em atividade.	Apensado ao PL 5668/2009, que está apensando ao PL 2567/2011
168.	PL 7098/2017	Tenente Lúcio	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para permitir o recálculo do valor da aposentadoria do segurado que permanecer ou retornar à atividade sujeita ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS	Apensado ao PL 5668/2009, que está apensando ao PL 2567/2011
169.	PL 2675/2011	Senador João Vicente Claudino	Altera o art. 46 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional.	Apensado ao PL 2567/2011
170.	PL 2687/2011	Luis Tibé	Dá nova redação aos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991	Apensado ao PL 2675/2011, que está apensado ao PL 2567/2011
171.	PL 3541/2015	Arnaldo Faria de Sá	Altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991	Apensado ao PL 2567/2011
172.	PL 4862/2016	Diego Andrade	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre benefício a ser concedido àqueles que permanecerem em atividade mesmo após cumpridos os requisitos para aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.	Apensado ao PL 3541/2015, que está apensado ao PL 2567/2011
173.	PL 6576/2016	Fábio Mitidieri	Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para especificar os direitos dos aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS que tornam a exercer atividades profissionais submetidas a este Regime	Apensado ao PL 3541/2015, que está apensado ao PL 2567/2011
174.	PL 3884/2015	Vicentinho	Altera O §4º do art. 12 da Lei nº 8.212 de 24 de junho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências.	Apensado ao PL 2567/2011
175.	PL 8844/2017	Benedita da Silva	Altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e 8.212, de 24 de julho de 1991, para isentar do imposto de renda as aposentadorias, as pensões e os rendimentos provenientes de transferência para a reserva remunerada ou reforma, e isentar da contribuição à previdência social o aposentado que exercer atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social.	Apensado ao PL 3884/2015, que está apensado ao PL 8844/2017

176.	PL 5080/2016	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de dispor sobre a garantia de emprego do trabalhador contratado por prazo determinado ou aposentado que permaneça ou retorne ao mercado de trabalho como empregado.	Apensado ao PL 2567/2011
177.	PL 7761/2017	Rubens Pereira Júnior	Revoga o § 2º do artigo 18 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991 e renumera o § 3º desse mesmo artigo.	Apensado ao PL 2567/2011
178.	PL 7081/2017	Gorete Pereira	Dispõe sobre a concessão de descontos por parte dos laboratórios de análises clínicas e de imagens a profissionais médicos.	Apensado ao PL 5429/2013
179.	PL 6511/2013	Policarpo	Dispõe sobre a prioridade de atendimento aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-LOAS) no programa Minha Casa Minha Vida e dá outras providências.	Apensado ao PL 6095/2013
180.	PL 7219/2014	Rogério Carvalho	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer prioridade de atendimento no Programa Minha Casa Minha Vida aos transplantados ou indivíduos na lista única de transplante de órgãos e tecidos	Apensado ao PL 6095/2013
181.	PL 4601/2016	Moses Rodrigues	Prioriza o atendimento às pessoas com neoplasia maligna e às famílias de que façam parte, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida; altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.	Apensado ao PL 6095/2013
182.	PL 8945/2017	Aureo	Acrescenta incisos ao Art. 3º da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, para adicionar entre os requisitos de indicação dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida a priorização de beneficiários que tenham ascendentes familiares na área do imóvel de interesse (ASCENDENTE FAMILIAR)	Apensado ao PL 6095/2013
183.	PL 9149/2017	Chico Lopes	Altera a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, para incluir como requisito a indicação de beneficiários, a prioridade de atendimento às famílias, cujo chefe de família, mulher ou homem, seja profissional da construção civil e tenha participado da construção da habitação referente ao programa.	Apensado ao PL 6095/2013
184.	PL 8005/2014	Otavio Leite	Altera a Lei n.º 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.	Apensado ao PL 7310/2014
185.	PL 7822/2017	Veneziano Vital do Rêgo	Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para conceder o direito aos idosos com setenta anos ou mais, que comprovadamente não tenham curso superior completo, o acesso ao ensino superior nas instituições federais de ensino superior, sem necessidade de processo ou concurso seletivo.	Apensado ao PL 7642/2017
186.	PL 8620/2017	Damião Feliciano	Altera a Lei n.º 10.741,0 de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, e a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, para estabelecer política de incentivo ao acesso do idoso à educação de nível superior.	Apensado ao PL 7642/2017

187.	PL 8673/2013	Cristiane Brasil	Acrescenta o § 6º ao art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (Prouni), para destinar percentual de vagas ociosas às pessoas idosas	Apensado ao PL 8620/2017, que está apensado ao PL 7642/2017
188.	PI 6764/2016	Roberto de Lucena	Dispõe acerca da regulamentação da profissão de Gerontólogo. E dá outras providências.	Apensado ao PL 9003/2017

Tabela 5. Requerimentos

Abreviaturas: Tipo: SC - Subcomissão ou Grupo de Trabalho
debate) D - Assuntos Diversos

AP - Audiência Pública

OE - Outros Eventos (seminários; viagens em missão; fóruns de

Nº	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
27	Gilberto Nascimento	Solicita a realização de Seminário para tratar do tema Envelhecimento Populacional e Proteção Previdenciária.	OE	(29/3/2017) Aprovado	Aprovado com a subscrição do Deputado Angelim e com inclusão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e a participação conjunta da Comissão de Seguridade Social e Família.
28	Gilberto Nascimento	Solicita a realização de visitas para debater ações e projetos a serem implantados.	OE	(29/3/2017) Aprovado	Missão Oficial em Porto Alegre realizada em 8/5/17. Missão Oficial a São Paulo/SP realizada em 19/5/17. Arquivado em 9/8/17.
29	Gilberto Nascimento	Solicita a realização da Audiências Públicas para debater as alterações sugeridas Proposta de Emenda à Constituição nº 287/2016, que dispõe sobre o regime de previdência social vigente.	AP	(29/3/2017) Aprovado	Audiência Pública realizada em 17/5/17 Arquivado em 17/5/17.
30	Gilberto Nascimento	Solicita a realização de Audiência Pública para debater a relação entre os planos de Saúde e a crescente população que envelhece no Brasil.	AP	(29/3/2017) Aprovado	Audiência Pública realizada em 26/4/17. Arquivado em 3/7/17.
31	Leandre	Requer a realização de Audiência Pública para debater "Educação na Terceira Idade".	AP	(29/3/2017) Aprovado	Aprovado com a subscrição do Deputado Angelim. Audiência Pública realizada em 24/5/17. Arquivada em 24/5/17.
32	Leandre	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a reforma da previdência.	AP	(29/3/2017) Aprovado	Audiência Pública realizada em 17/5/17 Arquivada em 17/5/17.

33	Leandre	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o Mal de Alzheimer.	AP	(29/3/2017) Aprovado	Aprovado com a inclusão da ABRAZ, Associação Brasileira de Alzheimer. Audiência Pública realizada em 9/8/17. Arquivado em 9/8/17.
34	Leandre	Requer a realização de Audiência Pública para debater uma linha de cuidado para o idoso no Brasil.	AP	(29/3/2017) Aprovado	Aprovado com a subscrição da Deputada Carmen Zanotto. Audiência Pública realizada em 29/11/17. Arquivado em 29/11/17.
35	Cristiane Brasil	Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater projeto de Lei nº 2029/2015 que institui a Política Nacional do Cuidado.	AP	(29/3/2017) Aprovado	Aprovado com a subscrição da Deputada Carmen Zanotto.
36	Flávia Morais	Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF para debater a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 287, de 2016, especialmente quanto às propostas de mudanças no benefício assistencial para idosos e pessoas com deficiência disposto no art. 203, inciso V, da Constituição de 1988.	AP	(29/3/2017) Aprovado	Aprovado com a subscrição das Deputadas Leandre e Creuza Pereira e com a inclusão da Comissão de Legislação Participativa - CLP. Audiência Pública realizada em 3/5/17. Arquivado em 3/5/17.
37	Angelim	Requer aprovação da Moção de Apoio à manutenção do benefício de Prestação Continuada ao idoso e às pessoas com deficiência e contra a retirada de direitos previdenciários dos trabalhadores brasileiros.	D	(5/4/2017) Aprovado	Aprovado com subscrição da Deputada Creuza Pereira.
38	Flávia Morais	Requer Audiência Pública desta Comissão, com a Comissão de Legislação Participativa para debater os temas do Projeto de Lei nº 6.478, de 2013, referentes à criação de mecanismos para coibir a violência contra a pessoa idosa.	AP	(5/4/2017) Aprovado	Aprovado com a subscrição da Deputada Creuza Pereira. Audiência Pública realizada em 9/5/17. Arquivado em 9/5/17.
39	Flávia Morais	Requer Audiência Pública desta Comissão, com a Comissão de Legislação Participativa para debater os temas do Projeto de Lei nº 3.480, de 2012, que modificando as regras para a dedução do imposto de das doações feitas por pessoas físicas e jurídicas aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais do Idoso.	AP	(5/4/2017) Aprovado	Aprovado com a subscrição do Deputado Marco Antonio Cabral. Audiência Pública realizada em 31/5/17. Arquivado em 31/5/17.

40	Flávia Morais	Requer audiência pública desta Comissão, conjunto com as Comissão de Legislação Participativa e de Seguridade Social e Família para debater os temas do Projeto de Lei nº 2029, de 2015, que "institui a Política Nacional do Cuidado", no que se refere aos modelos de cuidado de longa duração para idosos á adotados por outros países que vivenciam, há mais tempo, a aceleração do envelhecimento populacional.	AP	(5/4/2017) Aprovado	Aprovado com a subscrição do Deputado Marco Antonio Cabral. Audiência Pública realizada em 12/7/17. Arquivado em 12/7/17.
41	Gilberto Nascimento	Solicita autorização para impressão de Informativos Trimestrais e de Relatório 2017 de consolidação dos trabalhos realizados.	D	(3/5/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade
42	Gilberto Nascimento	Requer a elaboração de Cartilha voltada às pessoas idosas e a reimpressão e distribuição do Estatuto do Idoso.	D	(3/5/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade com subscrição das Deputadas Creuza Pereira e Geovania de Sá
43	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública para debater as normas inerentes às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e as dificuldades de manutenção.	AP	(3/5/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade com subscrição da Deputada Geovania de Sá. Audiência Pública realizada em 25/5/17. Arquivado em 25/5/17.
44	Flávia Morais	Requer a realização de Audiência Pública conjunta para debater a inserção e a manutenção do idoso no mercado de trabalho no âmbito das alterações propostas pela PEC 287, de 2016 e pelo PL 6.787, DE 2016.	AP	(3/5/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade, com subscrição da Deputada Cristiane Brasil. Audiência Pública realizada em 22/11/17. Arquivado em 22/11/17.
45	Gilberto Nascimento	Solicita a realização de visita em missão oficial a Assunção/Paraguai para participar da IV Conferência Intergovernamental sobre Envelhecimento e Direitos das Pessoas Idosas na América Latina e no Caribe.	OE	(3/5/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade. Viagem realizada no período de 27 a 30/6/2017. Arquivado em 6/7/17.
46	Cristiane Brasil	Solicita a realização de visita em missão oficial ao 21º Congresso Mundial de Geriatria e Gerontologia – Organizado pela International Association of Gerontology and Geriatrics (IAGG).	OE	(3/5/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade. Viagem realizada no período de 24 a 27/7/2017. Arquivado em 3/8/17.
47	Leandre	Requer a realização de audiência pública para debater as formas de violência contra a pessoa idosa e a importância da delegacia do idoso.	AP	(17/5/2017) Aprovado	Aprovado, por unanimidade, com subscrição da Deputada Luzia Ferreira. Audiência Pública realizada em 13/9/17. Arquivado em 13/9/17.

48	Angelim	Solicita à Comissão de Defesa da Pessoa Idosa a realização de visita à cidade de Rio Branco, Estado do Acre, para debater ações e projetos a serem implantados.	OE	(17/5/2017) Aprovado	Aprovado, por unanimidade, com subscrição da Deputada Cristiane Brasil.
49	Raquel Muniz	Requer a realização de sessão de Audiência Pública para discutir as inovações para melhorar a qualidade de vida dos idosos.	AP	(17/5/2017) Aprovado	Aprovado, por unanimidade, com subscrição da Deputada Luzia Ferreira. Audiência Pública realizada em 7/6/17. Arquivado em 7/6/17.
50	Gilberto Nascimento	Solicita autorização para a realização de Seminário em parceria com órgãos federais em razão do dia 15 de junho, Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.	OE	(17/5/2017) Aprovado	Aprovado, por unanimidade, com subscrição do Deputado Angelim, do Deputado Marcos Reategui, da Deputada Carmem Zanotto, da Deputada Cristiane Brasil, da Deputada Luzia Ferreira, da Deputada Conceição Sampaio e do Deputado Marco Antônio Cabral. Evento realizado em 12/6/17. Arquivado em 12/6/17.
51	Leandre	Requer q realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para debater a mobilidade e acessibilidade urbana para pessoas idosas e pessoas com deficiência.	AP	(31/5/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade, com subscrição dos Deputados Geraldo Resende e Raquel Muniz. Solicitada a inclusão, pelas Deputadas Leandre e Raquel Muniz, do arquiteto Haroldo Pinheiro Vilar de Queiroz, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, como convidado para a audiência. Audiência Pública realizada em 4/10/17. Arquivado em 4/10/17.
52	Pr Marco Feliciano	Requer a realização de audiência pública para debater sobre uma nova proposta de símbolo para identificar a preferência de atendimento das pessoas acima de 60 anos em locais públicos.	AP	(31/5/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade, com subscrição da Deputada Geovania de Sá.
53	Pr Marco Feliciano	Requer a criação de concurso “Símbolo da Pessoa Idosa”, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, para eleger um símbolo mais moderno que identifique a preferência das pessoas acima de 60 anos em locais públicos.	D	(31/5/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade, com subscrição da Deputada Geovania de Sá.
54	Antônio Bulhões	Requer a realização de Audiência Pública para debater a participação do idoso no custeio da entidade filantrópica ou casalar de longa permanência.	AP	(31/5/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade, com subscrição da Deputada Geovania de Sá.

					Requerimento prejudicado em virtude da aprovação do PL 249/15. Arquivado em 24/8/17.
55	Gilberto Nascimento	Solicita autorização para a instituição de Comitê Interinstitucional sobre a "Promoção, Proteção e Defesa da Pessoa Idosa".	D	(31/5/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade. Comitê criado em 12/6/17. Arquivado em 6/11/17.
56	Marco Antonio Cabral	Requer que se adotem as providências necessárias para que o Poder Executivo do município de Tanguá, no estado do Rio de Janeiro, preste informação acerca das sanções adotadas contra a guarda municipal, Sr. N ILSON Neves, que agrediu idoso em repartição pública e solicita outras providências.	D	(5/7/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade. Of. Secretária nº 153/17 enviado ao destinatário. Arquivado em 9/8/17.
57	Leandre	Requer a realização de audiência pública para debater sobre a inclusão e reinclusão da pessoa idosa no mercado de trabalho.	AP	(5/7/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade. Audiência Pública realizada em 22/11/17. Arquivado em 22/11/17.
58	Gilberto Nascimento	Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família e a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de apresentar as inovações tecnológicas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em virtude das comemorações dos 27 anos do Instituto. Para esta audiência, serão convidados, o Sr. LEONARDO GADELHA - Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social e o Sr. JOBSON DE PAIVA SILVEIRA SALES - Diretor de Atendimento do INSS.	AP	(5/7/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade Audiência Pública realizada em 12/7/17. Arquivado em 12/7/17.
59	Geraldo Resende	Requer a participação da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa na realização do Seminário: "Direito dos Idosos: Novos olhares", a realizar-se em Dourados-MS, no dia 11 de agosto de 2017.	OE	(5/7/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade. Missão Oficial realizada em 11/8/17. Arquivado em 14/8/17.
60	Carmen Zanotto	Requer a realização de audiência pública em conjunto com as Comissões de Seguridade Social e Família e de Defesa dos Direitos das Pessoa com Deficiência para debater sobre Saúde Auditiva.	AP	(5/7/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade com subscrição da Deputada Luzia Ferreira. Audiência realizada em 16/8/17. Arquivado em 16/8/17.

61	Cristiane Brasil	Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, para discutir as Políticas Públicas para ao Envelhecimento na Cidade do Rio de Janeiro/RJ.	AP	(5/7/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade
62	Leandre	Requer inclusão de convidado na audiência pública proposta pelo Requerimento nº 51/2017.	AP	(5/7/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade. Audiência realizada em 4/10/17. Arquivado em 4/10/17.
63	Pompeo de Mattos	Solicita a realização de Seminário em Porto Alegre junto à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, destinada a debater o PL nº 2.567/2011, que trata dentre outros assuntos, do Instituto da Desaposentação.	OE	(12/7/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade com subscrição da Deputada Creuza Pereira.
64	Leandre	Requer a realização de Seminário sobre o envelhecimento e a pessoa idosa, no município de Cascavel, Paraná.	OE	(9/8/2017) Aprovado	Aprovado com a subscrição do Deputado Angelim, que solicitou a inclusão de realização do Seminário também em Rio Branco/AC. Seminário realizado em 29/9/17. Arquivado em 2/10/17.
65	Gilberto Nascimento	Solicita a realização de Fóruns Temáticos com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público para debater ações e projetos que possam ser implantados em defesa do cumprimento dos direitos do idoso.	OE	(9/8/2017) Aprovado	Aprovado com a subscrição da Deputada Raquel Muniz. Evento realizado em 30/8/17. Arquivado em 23/10/17.
66	Geovania de Sá	Requer a realização de seminário sobre o envelhecimento e a pessoa idosa, no município de Criciúma, Santa Catarina.	OE	(16/8/2017) Aprovado	Aprovado com a inclusão de realização do Seminário também no Município de Lages/SC. Evento realizado em 24/11/17. Arquivado em 27/11/17.
67	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 6.892/2010, que "Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social, e dá outras providências".	AP	(23/8/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade com subscrição da Deputada Cristiane Brasil.
68	Leandre	Solicita a realização de Fórum Temático conjuntamente com a Comissão de Desenvolvimento Urbano e com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público para debater	OE	(13/9/2017) Aprovado	Aprovada com a subscrição dos Deputados Geraldo Resende e Carmen Zanotto. Evento realizado em 6/12/17. Arquivado em 12/12/17.

		ações e projetos que possam ser implantados em defesa do cumprimento dos direitos do idoso.			
69	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a violência financeira que "consiste na exploração indevida da renda ou apropriação do patrimônio do idoso, como, por exemplo, obrigar a pessoa a contrair empréstimos".	AP	(28/9/2017) Aprovado	Aprovada por unanimidade. Audiência Pública realizada em 18/10/17. Arquivado em 18/10/17.
70	Gilberto Nascimento	Requer autorização para que a Comissão participe da Sessão Solene em Homenagem ao Dia do Idoso e realize coffee break.	D	(28/9/2017) Aprovado	Aprovada por unanimidade. Sessão Solene realizada em 3/10/17. Arquivado em 13/10/17.
71	Leandre	Requer a realização de audiência pública para apresentação das ações do Ministério de Direitos Humanos para a pessoa idosa.	AP	(4/10/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade
72	Leandre	Requer a publicação pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do relatório "Perfil dos Idosos e Longevos do Brasil".	D	(18/10/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade
73	Goulart	Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família para discutir os processos de envelhecimento da população brasileira, com o tema "Relações intergeracionais e o bem-estar do idoso".	AP	(18/10/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade com subscrição dos Deputados Leandre, Marco Antonio Cabral e Angelim. Audiência Pública realizada em 8/11/17. Arquivado em 8/11/17.
74	Leandre	Requer a realização de audiência pública para debater o cumprimento do art. 24 da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso -, que trata da manutenção de horários especiais voltados aos idosos nos meios de comunicação.	AP	(31/10/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade com subscrição do Deputado Angelim e ampliação dos convites para outros veículos de comunicação.
75	Gilberto Nascimento	Solicita a realização de Audiência Pública para debater as mudanças propostas para os Planos de Saúde em virtude do PL 7.419/2006.	AP	(31/10/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade com retificação do convite ao Ministro da Saúde ao invés do Ministro do Trabalho e acréscimo da convidada, Sra. Sandra Krieg. Audiência Pública realizada em 7/11/17. Arquivado em 7/11/17.
76	Leandre	Requer que esta Comissão solicite informações ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão sobre a portaria nº 73, de 06 de abril de 2015, da Secretaria de Gestão Pública.	D	(19/10/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade com subscrição do Deputado Angelim

77	Leandre	Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para debater a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.	AP	(14/12/2017) Aprovado	Aprovado por unanimidade com subscrição do Deputado Angelim e das Deputadas Carmen Zanotto e Creuza Pereira.

Resolução nº 15, de 2016

Cria a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e dá outras providências.

Faço saber que a CÂMARA DOS DEPUTADOS aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º O § 2º do art. 26 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26.

.....

§ 2º Nenhum Deputado poderá fazer parte, como membro titular, de mais de uma Comissão Permanente, ressalvadas as Comissões de Legislação Participativa, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, de Cultura, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Direitos Humanos e Minorias, do Esporte, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Turismo, de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, de Defesa dos Direitos da Mulher e de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

....." (NR)

Art. 2º O art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XXIV e XXV:

"Art. 32

.....

XXIV - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:

- a) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou à violação dos direitos da mulher, em especial as vítimas de violência doméstica, física, psicológica e moral, e respectiva discussão e deliberação;
- b) fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos da mulher, visando ao seu empoderamento na sociedade brasileira;
- c) incentivo e fiscalização de programas de apoio às mulheres chefes de família monoparentais;
- d) monitoramento da saúde materno-infantil e neonatal, dos programas de apoio a mulheres em estado puerperal, em especial nas regiões mais carentes do País;
- e) incentivo e monitoramento dos programas de prevenção e de enfrentamento do câncer do útero, do colo do útero, do ovário e de mama;
- f) incentivo e monitoramento dos programas de prevenção e de enfrentamento das doenças sexualmente transmissíveis - DSTs e da AIDS;
- g) incentivo e monitoramento de programas relativos à prevenção e ao combate à violência e à exploração sexual de crianças e de adolescentes do sexo feminino;
- h) monitoramento das condições de trabalho, em especial da mulher do campo;
- i) pesquisas e estudos acerca da situação das mulheres no Brasil e no mundo, em especial quando relacionados a campanhas nacionais para o parto humanizado, à amamentação e ao aleitamento materno e ao direito de acesso a creches pelas mulheres trabalhadoras;
- j) atribuição, nos termos da Resolução nº 3, de 25 de junho de 2003, do Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós, observando-se os critérios estabelecidos na Resolução nº 13, de 20 de novembro de 2003;
- k) incentivo à conscientização da imagem da mulher na sociedade;
- l) matérias atinentes à igualdade racial das mulheres; recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à discriminação racial de mulheres, promoção e defesa da igualdade racial das mulheres;

XXV - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:

- a) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou à violação de direitos da pessoa idosa;
 - b) fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos da pessoa idosa;
 - c) programa de apoio à pessoa idosa em situação de risco social;
 - d) monitoramento de políticas públicas relacionadas às pessoas idosas;
 - e) acompanhamento da ação dos conselhos de direitos das pessoas idosas, instalados na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios;
 - f) pesquisas e estudos relativos à situação das pessoas idosas no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa;
 - g) incentivo à conscientização da imagem dos idosos na sociedade;
 - h) regime jurídico de proteção à pessoa idosa.
-"(NR)

Art. 3º Os incisos VIII e XVII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 32.

.....

VIII -

.....

g) promoção da igualdade racial;

.....

XVII -

.....

t) matérias relativas à família, à mulher, ao nascituro, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência;
....."(NR)

Art. 4º Esta Resolução não acarreta aumento de despesa.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 28 de abril de 2016.

EDUARDO CUNHA
Presidente

Contatos

Portal da Câmara dos Deputados

<http://www.camara.leg.br>

e-mail da Comissão

cidoso.decom@camara.leg.br

Endereço

Câmara dos Deputados - Anexo II

Sala 187-B - CEP 70160-900

Telefones

0xx61 3216-6953 / 0xx61 3216-6955